

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 15 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.159

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

| | | |
|---|--|---|
| <p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p> | <p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2159 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p> | <p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 027ª Sessão Ordinária realizada em 13/04/20102</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa19</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....19 Avisos de Resultado.....26 Ofício.....26 Portarias26 Projeto de Emenda Constitucional.....27 Projetos de Lei.....27</p> |
|---|--|---|

P L E N Á R I O

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda o problema da MPV da Saúde; manifesta-se sobre o problema dos cartões de crédito.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à morte de PM; critica MPVs.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica o governo LHS; reporta-se às MPVs.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Pede agilização na tramitação do projeto das pulseiras do sexo.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda o encontro de lideranças progressistas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Faz discurso de retorno à Casa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Ceron.

DEPUTADO POLACO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Ceron.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Antônio Ceron.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica discursos oportunistas com relação às MPVs.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Defende servidores da Saúde.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à Carta de Nova Trento.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (aparte) - Critica falta de tempo para análise das MPVs.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao novo Código de Ética Médica.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registra as MPVs que estão na Casa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica os sete anos do governo Luiz Henrique.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Insiste na votação da admissibilidade das MPVs.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Defende questão abordada pela associação dos funcionários da Eletrosul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Defende trabalhadores da Eletrosul.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discute o PL 0030/2010.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Justifica parecer ao PL 0058/2007.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0058/2007.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0058/2007.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0058/2007.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Responde ao deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Esclarece ao deputado Reno Caramori colocação feita.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0058/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Defende os aposentados.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0058/2007.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação ao PL 0058/2007.

DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR (pela ordem) - Agradece encaminhamentos ao PL 058/2007.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Agradece encaminhamentos ao PL 058/2007.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Parabeniza deputada Ada de Luca pelo PL 0583/2010.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (pela ordem) - Parabeniza deputada Ada de Luca pelo PL 0583/2010.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede para subscrever PI 0053/2010.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Discute o do PI 0058/2010, de sua autoria.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Faz comentário sobre o PI 0058/2010, de autoria do deputado Silvio Dreck.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se à morte do vereador Mannes, de Araquari.

DEPUTADO RONALDO BENEDET - Manifesta-se em defesa do parlamentarismo; defende a descentralização de recursos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se ao encontro de lideranças do PP; solidariza-se com o deputado Ronaldo Benedit a respeito da descentralização de recursos; aborda as MPVs que estão na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário dos seguintes atos da Mesa Diretora:

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA N. 017-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jean Kuhlmann, por um período de sessenta dias, a contar de 13 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, em 13 de abril de 2010." [sic]

"ATO DA MESA N. 019-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antônio Ceron, 5º Suplente da Coligação Todos por Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Jean Kuhlmann.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, em 13 de abril de 2010." [sic]

"ATO DA MESA N. 020-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de noventa dias, a

contar de 1º de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, em 13 de abril de 2010." [sic]

"ATO DA MESA N. 021-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sérgio Grando, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, em 13 de abril de 2010." [sic]

"ATO DA MESA N. 022-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA a cidadã Anna Christina Barichello, 2º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 1º Suplente, em decorrência da licença do Senhor Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, em 13 de abril de 2010." [sic]

"ATO DA MESA N. 023-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto ao art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ozair Coelho de Souza, 3º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Senhor Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, em 13 de abril de 2010." [sic]

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita a sra. deputada Professora Odetete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados, integrantes da mesa, sra. deputada, nossas queridas taquígrafas, essa plateia maravilhosa que muito nos honra com sua presença. Quero saudar ainda a imprensa falada, escrita e televisada e todos os telespectadores que nos acompanham através da TVAL.

Hoje eu tenho três temas para abordar. Em primeiro lugar, quero falar sobre o respeito ao ser humano, pois todo ser humano merece respeito. Respeitar as pessoas depende de aprendizado e esse aprendizado começa no nascimento. É, portanto, a educação uma questão que vem do berço. Mas eu quero deixar registrado que muitas pessoas, muitos pais de famílias, mães e avós não recebem o devido respeito de parte dos netos, dos filhos e dos demais cidadãos, principalmente no trânsito. Então, ainda existem essas falhas graves.

Nós recebemos muitas pessoas neste Parlamento e elas são muito bem-vindas, mas muitas vêm com os nervos à flor da pele, falando palavrões, faltando com o respeito. Eu acho que paciência se planta e colhe-se de igual maneira, ou seja, quando planto, colho. Demora um pouquinho, porque a semente tem que morrer para nascerem as folhinhas. Toda semente tem que morrer para a planta nascer. Assim, não conseguimos tudo de imediato, num piscar de olhos, num estalar de dedos. A criança para nascer leva nove meses e a mãe tem toda aquela paciência para dar luz a um bebê.

Enfim, quero deixar registrado que a educação é direito e dever de todos e que todo ser humano tem direito e deve ser respeitado.

O segundo assunto, sr. presidente, refere-se a um ofício que protocolei nesta Casa contendo uma solicitação ao governador do estado, Leonel Pavan, no sentido de que fossem tomadas providências para a renovação do contrato de locação do helicóptero Arcanjo I, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, mais especificamente do Batalhão de Operações Aéreas Guardiões da Vida, que atende às demandas no estado.

Quero parabenizar sua excelência, o governador, pois protocolei esse pedido na semana passada e sábado soube, através dos bombeiros, que o governador já havia renovado o contrato da referida aeronave. Então, veio rapidinho a resposta! Parabéns ao Corpo de Bombeiros!

Como água mole em pedra dura tanto bate até que fura e como tenho certeza de que a assessoria do governador está atenta assistindo-nos, acompanhando-nos, lembro: governador, não se esqueça do plano de carreira dos bombeiros! Os bombeiros são aqueles que recolhem as pessoas em pedaços, são aqueles anjos da guarda, são aqueles que estão a postos na hora dos acidentes. Olhe a sua atuação no Rio de Janeiro! Quem são os que estão na linha de frente, senão os membros do Corpo de Bombeiros?

Então, temos certeza de que este ano ainda virá para esta Casa, deputado Elizeu Mattos, líder do governo, o projeto do plano de carreira do Corpo de Bombeiros, que não tem qualquer repercussão financeira.

O terceiro tema refere-se à saúde, pois a partir de hoje passa a vigorar o novo Código de Ética Médica. No *Diário Catarinense*, eu cuidadosamente fui observar se os preceitos da Cartilha dos Direitos do Paciente, lei de autoria desta deputada, com 36 artigos, deputado dr. Antônio Aguiar, v.exa. que já pediu muitos exemplares para distribuir na cidade de Canoinhas, estariam contidos nesse código.

Quero dizer que esse novo código foi discutido durante quase três anos e hoje, dia 13 de abril de 2010, passa a vigorar em todo o país. Ele vem para melhorar a vida do cidadão, porque sabemos que é difícil ser atendido numa emergência. Às vezes, o doente fica na fila aguardando muito tempo para ser atendido, para sofrer uma cirurgia de alto custo. Muitos pacientes, inclusive, já morreram esperando. A demanda é grande, a população está aumentando e automaticamente aumentam os casos na área da saúde. Nós entendemos.

Mas, sr. presidente, observando cuidadosamente pude ver, sr. presidente, que a Cartilha dos Direitos do Paciente, que v.exas. aprovaram nesta Casa, hoje está na entrada de todas as unidades hospitalares, para que o paciente possa tomar conhecimento e cobrar os seus direitos.

E eu pude observar que no Código Médico que hoje entra em vigor, não diria que foi feita uma cópia, não, mas muitos artigos são idênticos a artigos da Cartilha dos Direitos do Paciente. Por exemplo: os arts. 32, 11, 24, 9º, 7º e 1º da Cartilha dos Direitos do Paciente estão inseridos no Código Médico!

Então, isso significa que a nossa atuação nesta Casa, graças a Deus, foi de suma importância, porque o art. 1º da Cartilha dos Direitos do Paciente diz que todo paciente tem direito a atendimento humano, atencioso, respeitoso, por parte de todos os profissionais da saúde. Tem também direito a um local

digno e adequado para o seu atendimento. Esses são princípios e determinações que estão na nossa Cartilha e no Código Médico, que hoje entra em vigor.

O art. 7º diz que o paciente tem direito de receber explicações claras sobre o exame a que vai ser submetido e para qual finalidade irá ser coletado material para exame de laboratório. Já o art. 9º diz que o paciente tem direito a ser esclarecido se o tratamento ou diagnóstico é experimental ou faz parte de pesquisa, se os benefícios a serem obtidos são proporcionais aos riscos e se existe probabilidade de alteração das condições de dor, sofrimento e desenvolvimento da sua patologia.

Numa outra oportunidade voltarei salientando os demais artigos que estão inseridos na nossa Cartilha dos Direitos do Paciente e que foram contemplados no Código Médico.

Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados e toda platéia que nos acompanha.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, sra. deputada Professora Odete de Jesus.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores, você que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, como médico ortopedista não poderia deixar de, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre cartão de crédito, referir-me à Saúde e como líder do PMDB dizer aos servidores da área que todas as medidas provisórias que vieram para esta Casa têm o apoio de todos os deputados do nosso partido para a sua aprovação.

(Palmas das galerias)

Quero dizer a vocês que, por força de lei, não podemos aprovar as medidas provisórias que vieram depois, sob pena de sermos cassados, mas quero dizer também que há outras medidas que o governo poderá tomar, como mandar para cá uma reposição linear e ajudar a nossa Saúde de uma maneira que possa contentar todos.

Durante 26 anos eu trabalhei como médico ortopedista na cidade de Canoinhas representando o planalto norte, por isso sei quanto custa uma consulta, uma cirurgia pelo SUS, quanto custa ao trabalhador da Saúde a sua dedicação. E nós temos vários funcionários da Saúde no planalto norte.

Quero dizer que o nosso apoio é, sim, pela saúde, mas não podemos extrapolar a lei. As medidas provisórias que forem mandadas dentro do prazo realmente serão votadas e aprovadas pela bancada do PMDB.

(Palmas das galerias)

Ontem, foi uma tarde importante nesta Casa, pois foi tratada a questão do cartão de crédito. No final da minha fala eu quero que vocês entendam que o talão de cheques sai mais barato do que o cartão de crédito, que é uma imposição dos bancos e das instituições financeiras em cima de nós.

(Passa a ler.)

"A comissão de Economia desta Casa realizou, na tarde de ontem, uma importante audiência pública para debater a necessária regulamentação do setor de cartões de crédito.

Há poucos anos o setor era um tanto incipiente; por isso, as operadoras do chamado dinheiro de plástico não foram devidamente enquadradas como instituições

de controle público. Não são enquadradas como instituições financeiras e por isso não podem ser controladas pelo Banco Central ou pelo Conselho Monetário Nacional. Operam um negócio que fatura a incrível soma de quase R\$ 500 bilhões por ano. Em 2010, para ser mais preciso, a estimativa é que o setor fature R\$ 467 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão somente com o aluguel das máquinas necessárias para qualquer comerciante fazer operações de venda por cartão.

É um negócio muito rentável para quem controla praticamente um oligopólio ou um duopólio, se considerarmos as duas maiores bandeiras, ainda que outras estejam tentando expandir mercado no Brasil."

Essas bandeiras são Visa e MasterCard. A Visa é do banco Itaú e a MasterCard é do Banco do Brasil, Santander e Bradesco. São eles que comandam os cartões de crédito.

(Continua lendo.)

"É um mercado que oferece vantagens para o consumidor, é bem verdade, se levarmos em conta que ele pode comprar e pagar com até 40 dias de prazo. Mas nunca recomende a um amigo ou familiar que faça uso do crédito rotativo do cartão, pois estará entrando numa verdadeira fria, numa sinuca de bico. Vai pagar juros sobre juros e endividar-se.

Saibam que o cartão de crédito é responsável pela desgraça financeira de muita gente, pois 28% dos que entram no rotativo se tornam inadimplentes. Segundo uma pesquisa feita entre pessoas que perderam o crédito, 35% apontaram o cartão de crédito como motivo para o endividamento que se tornou insolúvel.

É um mercado tão amplo que envolve 400 milhões de cartões no Brasil, cuja população ainda não chegou a 200 milhões de habitantes."

Quer dizer, há pessoas que têm dois ou três cartões de crédito, mas há 400 milhões de cartões de crédito.

(Continua lendo.)

"Então, eu disse à senadora Ideli Salvatti, na audiência pública, que dá para se fazer a conta de que cada brasileiro tem em média mais que dois cartões, se incluirmos até os recém-nascidos.

E como observou o promotor Rodrigo Cunha Amorim, do Centro de Apoio ao Consumidor do Ministério Público estadual, ainda há muito para crescer, já que os brasileiros, em média, utilizam o cartão para pagar 1/5 dos seus gastos. Mas em países desenvolvidos a proporção atual já é o dobro, ou seja, supera a marca de 40% o que uma pessoa gasta com cartões de crédito.

No entanto, como disse o consultor da Diretoria de Operações Bancárias do Banco Central, Mardilson Queiroz, nenhum crescimento espantoso do setor no mercado brasileiro se reflete em diminuição de custos como o das taxas de juros. Ao contrário, no setor dos cartões as leis da economia que valem para a economia de escala não baixam custos, pois um estudo feito por técnicos do Banco Central mostram que as taxas eram maiores em 2007 do que as cobradas em 2002.

O deputado federal Paulinho Bornhausen, que é líder do Democratas na Câmara e integra a Frente Parlamentar do Comércio Varejista, também esteve na audiência pública e destacou que o crescimento do uso do cartão no Brasil tem a ver com a diminuição da inflação. Lá se defende a criação de um órgão regulador do sistema, sem que represente o engessamento do setor.

Pelizzaro deu uma verdadeira palestra sobre a questão dos cartões e

mostrou como o povo está sendo explorado. Sua entidade lutou pela integração das máquinas que servem para realizarmos transações com cartões, que começam a ser unificadas a partir de junho próximo. Agora a batalha é contra as pressões pela fidelização de bandeiras, e o objetivo é motivar os comerciantes para que analisem bem os contratos e negociem preços, taxas e prazos.

Num pequeno negócio familiar, como uma mercearia, o custo da operação com cartão pode superar o de todos os tributos pagos". Isso quer dizer que o cartão de crédito sai mais caro do que o imposto.

(Continua lendo.)

"Já o presidente da Federação dos Diretores Lojistas, Sérgio Medeiros, mostrou que além de esperar 31 dias para receber o dinheiro de uma venda, o comerciante paga até 6% de taxa sobre a transação. Ou seja, se o preço pago em dinheiro é o mesmo para uma compra por cartão, fica claro que esse custo financeiro está embutido no preço pago por todos os consumidores. Portanto, quem paga a conta é o consumidor.

Mas quem muito me impressionou com seu depoimento foi o comerciante da Grande Florianópolis Aldo Nienckoter, que veio prestigiar nossa audiência pública, mesmo se restabelecendo de uma cirurgia que ele próprio reconheceu exigir repouso. Seu Aldo fez um comparativo simples, mas eficiente, sobre o custo de uma transação com cheque ou com cartão. Com cheque garantido, o comerciante paga 1,2%; com o cartão ele espera um mês para receber e paga, no mínimo, de 3% a 4%."

Então, se o cheque é mais barato do que o cartão, temos que voltar para o cheque. Por quê? Porque o cartão é estimulado pelos bancários, pelas empresas Visa e Mastercard. Não podemos entrar nessa! Temos, sim, que cuidar do nosso dinheiro.

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais participantes desta sessão na tarde hoje, especialmente os servidores públicos da secretaria de estado da Saúde.

Quero iniciar o meu pronunciamento, sr. presidente, lamentando o ocorrido na cidade de Itajaí, no começo da noite da última quinta-feira, dia 8 de abril, quando dois policiais militares, que estavam dentro de uma viatura fazendo o policiamento na frente de um centro de eventos, foram abordados por uma motocicleta, que surgiu do nada, com dois sujeitos do sexo masculino, sendo que um deles desceu atirando muito de perto contra a cabeça do soldado Everton Rodrigues Bastos, que não teve a menor chance de defesa.

Os mesmos agentes acabaram atingindo também, com um tiro de espingarda calibre 12, que é grossa, o soldado Tiago José Fernandes, que se encontra ainda hospitalizado no Hospital Regional de São José, para tentar se recuperar desse grave atentado. Lamentavelmente, o soldado Bastos morreu naquele momento, o qual foi atingido muito de perto por disparos de arma de grosso calibre contra a sua cabeça, e por trás, sem a menor chance de defesa.

Os motivos desse brutal assassinado contra um companheiro nosso ainda são desconhecidos, mas a indignação do conjunto da instituição Policial Militar e também do Corpo de Bombeiros foi imensa, em virtude da fragilidade da segurança ou insegurança com que temos exercido a nossa profissão.

Está muito fácil matar e executar um policial militar, sem a menor chance de defesa. O soldado Bastos tinha 23 anos, um ano e meio de serviço, casado, dois filhos, cuja família reside na cidade de Rio Negro, no Paraná, que é a cidade vizinha a Mafra, no estado de Santa Catarina. O seu pai é militar da reserva no Paraná e o seu irmão, sargento do Corpo de Bombeiros do estado de Santa Catarina.

O sepultamento foi realizado na cidade de Rio Negro, no sábado, quase 40 horas depois, porque demorou umas 20 horas para o corpo ser liberado do IML de Balneário Camboriú. Os nossos IMLs estão com dificuldade de operar, e essa é uma realidade dolorida! Perde-se uma pessoa querida da família, um amigo, um companheiro, e o estado não provê dos profissionais necessários para garantir o pronto atendimento. É mais um trauma que se soma aos inúmeros traumas das pessoas que perdem familiares no nosso estado. E vocês, que trabalham na Saúde, nos hospitais, sabem dessa dificuldade, inclusive quando da morte nos hospitais.

Nós queremos fazer uma homenagem ao nosso irmão de farda, ao soldado Bastos, assassinado brutalmente por um qualquer, certamente por um motivo torpe, na noite da última quinta-feira, assim como todos aqueles que têm dedicado sua vida para defender a sociedade catarinense.

É preciso que os órgãos de investigação da secretaria da Segurança Pública investiguem e descubram quem foi que o assassinou, qual foi o motivo, fato esse que atingiu também de forma grave o soldado Fernandes. Foi-me passada a informação de que isso ocorreu na cidade de Tijucas, na Grande Florianópolis, cerca de 50 km daqui da Assembleia Legislativa.

Em momento mais oportuno iremos fazer uma homenagem a esse companheiro, assim como a tantos outros que temos perdido em nosso estado, servidores que se estão sentindo cada vez menos valorizados pelas autoridades governantes e pelas autoridades das instituições.

O soldado Bastos recebeu, através de um projeto aprovado nesta Casa no dia 16 de julho do ano passado, o valor de R\$ 65,00, que é a indenização de valorização do militar estadual, o que foi dado também a todos os outros com o mesmo tempo de serviço. Essa é a valorização do estado para esses que estão na linha de frente dando a vida para defender a sociedade.

Nesses três minutos que me restam, até para não ficar aquela sensação de que não queremos falar de problemas ou dos problemas salariais que estão encaalhados nesta Casa, quero dizer que esse governo, por irresponsabilidade, terminou e deixou a lambança para os outros tentarem resolver, por uma política salarial estúpida, discriminatória, sem juízo, vexatória, indecente. Essa é a política salarial do segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira.

Na Segurança Pública oferecem R\$ 2 mil para todos os oficiais e R\$ 250,00 para cabos, soldados, sargentos e subtenentes, mesmo com 30 anos de serviço. Aliás, quem vai ganhar R\$ 250,00 é aquele que ganhou R\$ 65,00 ou R\$ 76,00 no ano passado. Enquanto

que os outros, os oficiais superiores, no ano passado, que vão ganhar R\$ 2 mil agora, já ganharam mais de R\$ 2 mil com indenizações, gratificações, verbas disso, verbas daquilo, naquele projeto que foi aprovado aqui, que nós não votamos a favor.

O comandante da Polícia Militar, na última semana, emitiu uma nota dizendo que o salário na Polícia Militar e, portanto, no Corpo de Bombeiros, já que é o mesmo, está numa proporção menor do que quatro vezes o menor para o maior, ou seja, três vírgula alguma coisa vezes o menor salário com relação ao maior.

Mentiu! Seria falta de inteligência se não fosse má-fé! Quando foi falado no salário do coronel, o comandante colocou só o salário básico, o soldo. Quando falou do salário do soldado, colocou soldo, abono e os R\$ 65,00, inclusive - os vexatórios, os vergonhosos, os insidiosos R\$ 65,00 da indenização de valorização profissional.

Para chegar à diferença de um para quatro, deputado Joares Ponticelli, no salário dos militares da Polícia Estadual de Santa Catarina, e vale o mesmo para a Polícia Civil, é preciso que o soldado ganhe mais do que R\$ 3 mil, porque o coronel está recebendo mais do que R\$ 12 mil. O soldado da Polícia Militar está ganhando mil e pouco, se for pegar mesmo o que ele está recebendo.

Então, essa é a realidade, e o comandante não precisava passar por mais esse vexame antes de ir embora, de assinar um documento pregando mentira para as autoridades do estado de Santa Catarina.

Com relação às MPVs da Saúde - porque não vim aqui só falar bonito, e não venho aqui, como alguns dizem, só para ganhar aplausos -, da mesma forma que é da Polícia Militar a MPV n. 0169, as MPVs n.s 0174 e 0178 são discriminatórias e injustas. E eu sei que todos vocês consideram dessa forma, porque sabem o que é justiça, sabem que quem está na ponta também merece alguma coisa e não serem deixados de fora e maltratados como estão sendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Marcos Vieira.

(Pausa)

Na ausência do deputado Marcos Vieira, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, colegas servidores persistentes que aguardam a Páscoa ainda! Já estamos quase em Corpus Christi e ainda não chegou a Páscoa dos nossos servidores, uma vez que, irresponsavelmente, o governador, que fugiu dos compromissos, encaminhou os projetos de lei a esta Casa apenas na sexta-feira da Semana Santa. Quarta-feira era a última sessão, portanto dando um dia para esta Casa se manifestar. E numa atitude de respeito ao Parlamento, o governador em exercício, deputado Gelson Merísio, o nosso presidente, atendendo ao apelo de todas as lideranças de todas as bancadas converteu aquelas matérias em medida provisória.

O que precisamos agora é resolver isso. Não dá mais para ficarmos protelando. Vocês estão há três semanas aqui e vão ficar quatro, cinco, dez, se for preciso. Então essa sangria tem que acabar, colegas deputados. Nós precisamos ter a coragem de fazer a

nossa parte e começar a resolver esse problema. O problema não é nosso, mas temos que dar o encaminhamento. A nossa bancada, deputado Onofre Santo Agostini, deliberou agora ao meio-dia. Contestem como quiserem, mas a bancada do Partido Progressista vai emendar todas as matérias. Nós vamos apresentar emendas, todas como emendas aditivas. Nós vamos buscar, através das emendas, corrigir as injustiças que o governo praticou. "Ah, mas vai haver discussão"! Bom, quem criou o problema não fomos nós. Nós vamos tentar aperfeiçoar da forma que der.

Encaminhamos agora também para a bancada do PSDB, oficialmente, uma proposta para o governo contemplar os milhares de outros que não receberam nada. Temos 70 mil servidores que não têm expectativa de nada, deputado Onofre Santo Agostini, e para esses também há solução! A solução começa pela imediata correção do vale alimentação - e isso é possível, é legal, não há lei nenhuma que impeça, é uma verba indenizatória, há dinheiro, não há comprometimento da folha -, porque os que não têm nada tramitando aqui vão ficar sem nada!

Então, o que nós queremos é a imediata correção do abono do vale alimentação. O vale alimentação está desde 2001 congelado. São R\$ 6,00 por dia, R\$ 132,00 por mês. Isso é um vale alimentação de miséria! É uma vergonha! Tem que passar para, no mínimo, R\$ 20,00/dia. O estado tem condições de fazer isso! O comprometimento da folha está em 37%, deputado Décio Góes! Vamos, pelo menos, garantir através do abono, que é universal e vai contemplar todos! Há condição de uma alimentação, ou daquilo que é reservado para a alimentação, que seja digna, e o governo tem condições de fazer isso.

Defendemos também, deputado Onofre Santo Agostini, e apresentamos para a bancada do PSDB agora, a imediata incorporação daquelas parcelas do abono que vão até dezembro ainda. Isso também pode ser feito, deputado Décio Góes, até porque para conceder outro benefício tem que pagar o que está devido ainda. Dá para antecipar as parcelas do "Magazine do Luizão". Há receita, e ela está batendo recorde mês a mês.

O que defendemos é que se reajuste imediatamente de forma digna o vale alimentação; que se antecipe o pagamento das parcelas do bônus, concedidas ainda no ano passado, em setembro, se não me falhe a memória. E as demais medidas provisórias nós já estamos elaborando e recolhendo um conjunto de emendas que diversos segmentos de os servidores apresentaram-nos. E vamos encaminhar para a votação com as emendas que vão buscar a correção dos equívocos que o governo cometeu.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Joares Ponticelli, no início da sua fala v.exa. colocou, com toda a clareza, que nós temos que, efetivamente, votar as matérias. E, infelizmente, não faço parte de nenhuma das comissões importantes, mas v.exa. faz. Eu acho que é importante votar a admissibilidade de todas as medidas provisórias nas comissões e depois mandá-las para o plenário. Vamos dar início ao processo de votação!

Quanto às emendas apresentadas pela bancada de v.exa., é claro que é um direito que a bancada tem de apresentar no mérito. Mas o que acontece, deputado, é que

se não votarmos a admissibilidade lá nas comissões e aqui no plenário, nem emenda se poderá apresentar! Eu acho que v.exa. está certo. Penso que esta Casa tem que dar uma demonstração de maturidade e começar a votar as matérias para que as galerias...

É claro que é uma honra muito grande para este Parlamento os funcionários de Santa Catarina virem aqui acompanhar o andamento das matérias e principalmente a postura de cada deputado. Agora, não é justo ficarmos apenas discursando e não votarmos. Acho que v.exa., que é um líder e uma pessoa lúcida, poderia fazer a gentileza de nos ajudar a fazer com que as comissões votem a admissibilidade e enviem para o plenário de uma vez.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Ouçõ v.exa., deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Joares Ponticelli, quero agradecer pela oportunidade do aparte e dizer ao deputado Onofre Santo Agostini que nós já votamos a admissibilidade nas comissões. Faltam apenas as últimas quatro medidas provisórias virem ao plenário. E, como líder da bancada do PT, faço um apelo à Presidência para trazê-las imediatamente ao plenário para votarmos, quem sabe ainda hoje, a admissibilidade das últimas quatro medidas provisórias.

(Palmas das galerias)

A bancada do PT também já ofereceu as emendas que estendem a gratificação a todos os servidores excluídos desse processo, que são a maioria, diga-se de passagem, exatamente aqueles que estão lá na ponta trabalhando no dia-a-dia, atendendo, cumprindo o serviço do estado. E queremos que essas gratificações sejam pagas ainda este ano, porque sabemos que a arrecadação tem crescido e o governo possui caixa para isso.

Eram estas as minhas observações!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, acho que estamos falando a mesma prosa, como diz o caboclo, e tenho certeza de que a minha bancada vai solicitar isso, assim como a de v.exa., a do PT e a do PMDB. Então, vamos pedir para o presidente colocar em votação, hoje, a admissibilidade de todas as medidas provisórias.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Srs. deputados, o deputado Décio Góes lembrou bem: só faltam quatro. Uma nós pretendemos queimar em praça pública, que é a de n. 0163, porque nessa o governo montou o balcão de arrecadação da campanha, porque nessa ele está concedendo benefício fiscal para sonegador. Essa é criminosa! Está dando desconto de 50% para quem está no Refis, que é o mau contribuinte. Tem que dar desconto para quem paga em dia e não privilegiar sempre o mau pagador. O mau pagador já está no Refis...

(Palmas das galerias)

E agora há a tal da Medida Provisória n. 0163 para dar ainda 50% de desconto no principal. O art. 7º aumenta a base do Fundo Social de 6% para 20%! Isso é roubar o dinheiro de vocês, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos municípios, do Tribunal de Contas, do Ministério Público.

Sabem para quê? Para o governo distribuir para as famigeradas subvenções sociais para fazer campanha na boca da urna.

Por isso a Medida Provisória n. 0163 tem que ser queimada em praça pública! Quanto às outras, nós já votamos a admissibilidade, estamos apresentando as emendas e esta Casa tem que dar a resposta. Vamos votar com as emendas e o governo que resolva, porque o governo sancionando não há vício de origem, não há problema nenhum. E se há senso de justiça, tem que fazer.

Paralelo a isso, queremos a correção, já, do vale alimentação e a incorporação da daquilo que foi parcelado ano passado. Esse é o compromisso da nossa bancada!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Deputados Joares Ponticelli e Onofre Santo Agostini, vou conversar com o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, para fazer esse encaminhamento que v.exas. solicitaram. Posso fazer esse encaminhamento?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faça isto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Poderíamos fazer esse encaminhamento, que é o que as lideranças estão pedindo.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu não sei em que comissão está aquele projeto que proíbe a comercialização da famigerada pulseira do sexo aqui em Santa Catarina. A maioria das Assembleias está discutindo isso. O nosso projeto foi o primeiro do Brasil a dar entrada. Nós não votamos ainda e eu não consigo entender por quê! Peça para vir ao plenário, sr. presidente, para a Assembleia dar essa demonstração de compromisso e de preocupação com essa praga que se está alastrando em todas as escolas da sociedade catarinense!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado, v.exa. tem toda a razão.

Eu estou sendo informado pela assessoria da Casa que a comissão de Educação, no dia de hoje, deve liberar e a matéria poderá vir ao plenário no dia de amanhã. A comissão se reunirá às 18h, segundo informação, deputado Joares Ponticelli. Mas que seja feito um compromisso de a matéria vir para o plenário no dia de amanhã.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não ausência de representantes do PDT, os próximos minutos são destinados PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, como o horário é partidário, e também na condição de presidente do partido, eu não poderia trazer para cá outra informação a não ser aquela que, desde sábado, deputados Onofre Santo Agostini e Antônio Ceron, repercutem muito em

tudo o estado, que foi o encontro ampliado das lideranças do Partido Progressista realizado, deputado Kennedy Nunes, no Centro Sul, com a presença de toda a bancada estadual, de toda bancada federal, das lideranças do nosso partido vindas de todo o interior do estado.

Deputado Kennedy Nunes, nem o mais otimista dos nossos correligionários imaginava que pudéssemos realizar um evento daquela magnitude. Afinal de contas, um partido como o nosso há oito anos na Oposição, com toda dificuldade, deputado Ozair Polaco, de montar um projeto e de poder, nessas condições, com todo esse aparelhamento que o governador Luiz Henrique montou em toda Santa Catarina... E a dificuldade que tivemos de chegar àquele momento de demonstração de tanta força, no sábado, foi revigorante para cada um de nós, progressistas, em todo o estado.

O encontro programado, deputado Moacir Sopelsa, pretendia reunir não mais do que 500 lideranças. O que imaginamos foi que poderíamos ter a presença de, aproximadamente, 500 lideranças de todo o estado, entre prefeitos, vereadores e dirigentes partidários. Para nossa alegria, deputado Antônio Ceron, o evento estava programado para começar às 9h30, mas, como v.exa. sabe, esses eventos sempre acabam atrasando o seu início. As delegações chegaram, muitas delas, até as 10h e às 10h30. As 9h10 foi a última tentativa que os secretários do evento fizeram de colher as assinaturas. E até as 9h10, portanto, 20 minutos antes do horário marcado para começar, já haviam assinado a lista de presença 1.430 lideranças do nosso partido. Foram, aproximadamente, três mil lideranças vindas das regiões de todo o estado, quase a totalidade dos nossos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. E o que mais nos alegrou foi que, além de demonstrar a força e a unidade do nosso partido em torno da pré-candidatura da deputada Angela Amin, pudemos ainda receber visitas ilustres que nos deixaram extremamente felizes pelo prestigiamto e pela demonstração de que o partido, efetivamente, abriu um processo de construção de um novo projeto para Santa Catarina, de um projeto de mudança.

Lá esteve a pré-candidata do PT, senadora Ideli Salvatti, acompanhada do presidente José Fritsch, do Partido dos Trabalhadores, e a quem queremos agradecer pelo prestigiamto, pela distinção e pela presença no nosso evento. Lá esteve o líder da bancada dos Democratas, deputado Cesar Souza Júnior, que foi delegado pela bancada e pelo presidente do partido e pré-candidato, o senador Raimundo Colombo. E ele também foi muito bem recebido e sentiu-se muito a vontade no nosso meio. E agradecemos também a deferência e o prestigiamto do partido Democratas naquele evento. Lá esteve conosco o ex-deputado Ivan Naatz, do Partido Verde, partido com quem construímos a composição de 2006. E o deputado Ivan, por deferência da nossa bancada, foi o primeiro deputado verde a ingressar nesta Assembleia, em que pese por um período apenas de 60 dias, mas foi importante também para o Partido Verde. Lideranças do PFL estiveram conosco, além das manifestações de justificativas de ausências, durante o evento, do presidente Maneca Dias, do PDT, com quem também estamos estabelecendo o diálogo, e do presidente Beto Martins, do PSDB.

Portanto, ao longo desses oito anos, deputado Kennedy Nunes, o importante foi termos mantido a coerência do nosso discurso e nunca termos fugido do nosso papel de fazer Oposição.

Nós não fizemos, deputado Antônio Ceron, ao longo desse período, Oposição porque quisemos ou porque gostávamos de fazer Oposição. Fizemos Oposição porque essa foi a obrigação que as urnas nos impuseram, e a empreendemos com coerência e responsabilidade, apresentando os equívocos. Muitos dos problemas que estão ocorrendo hoje nós apontamos aqui em diversas oportunidades, deputado Kennedy Nunes, dando conta dos equívocos, dos erros, que o governo estava cometendo e que acabaríamos nessa situação.

Portanto, aqui cumprimos com o nosso papel, mas, paralelo a isso, mantivemos a unidade partidária, iniciamos um processo interno de uma eventual prévia no ano passado, o nosso pré-candidato Hugo Biehl acabou declinando em 14 de dezembro, e desde lá Angela Amin é a pré-candidata do nosso partido. E no sábado demonstrou a unidade, que o partido inteiro se constitui em torno da sua candidatura.

É claro que no meio do evento chegar uma pesquisa publicada pelo *Diário Catarinense*, do Instituto Mapa, dando conta de que a nossa pré-candidata lidera em todos os cinco cenários pesquisados deixou-nos ainda mais animados e motivados. Mas, por outro lado, temos consciência de que sozinho ninguém ganha a eleição. E a pesquisa demonstra uma intenção, uma vontade do eleitor, mas as urnas ainda estão muito longe. Precisamos continuar trabalhando, deputado Kennedy Nunes, com muita determinação e esforço. Sabemos das limitações que o nosso partido tem por essa condição de Oposição ao longo de todo esse período, mas continuaremos cumprindo com o nosso papel com determinação e vontade, esperando que no processo democrático que se avizinha possamos angariar apoio para construir o projeto de mudança que a sociedade em todas as pesquisas demonstra querer para a eleição deste ano.

Por isso queremos, mais uma vez, agradecer a todos que nos ajudaram a empreender aquele grande evento. E agradecemos pela forma determinada e aguerrida como os nossos companheiros compareceram. Muito obrigado a todos que nos visitaram e aos de outras siglas que lá estiveram! E gostaria de dizer que vamos continuar firmes no propósito de apresentar, democraticamente, dentro das regras que a legislação impõe, um projeto de mudança para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Joares Ponticelli, eu gostaria, em nome da nossa bancada, parabenizá-lo pela forma brilhante como v.exa. vem tratando esse assunto, como presidente do nosso partido.

Nós já passamos por momentos difíceis, como v.exa. já falou, e hoje estamos vivendo um momento em que Santa Catarina espera uma volta. E é o que eu tenho dito para os catarinenses: calma, catarinense, a tia vem aí! As coisas vão melhorar! Vai vir alguém que vai pensar ainda no servidor público, no catarinense.

Nós matamos a cobra com o próprio veneno. E vamos usar o próprio veneno do governo que se foi, a "ambulancioterapia", o salário para os professores como o dos professores de Joinville e tantas outras coisas que o catarinense depois de sete longos anos, ainda continua esperando.

Por isso temos a grande responsabilidade de, nesta eleição, mostrar aquilo que foi

vendido e não foi entregue. E, como v.exa. diz, 3 de outubro vai ser o dia em que a urna vai funcionar como um Procon eleitoral, para darmos o troco para essa gente que enrola o servidor, que enrola o policial, que enrola todos e que ainda quer continuar no poder.

Muito obrigado pela forma brilhante com que v.exa. conduz o nosso partido. Todos nós estamos de parabéns.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Kennedy Nunes! Incorpo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Agradeço a todos. Nós, deputado Reno Caramori, recebemos a pesquisa com muita alegria, com muita honra, mas, acima de tudo, com muita humildade, porque já cometemos erros no passado por falta de humildade e queremos construir um grande momento e um novo projeto para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra, por até sete minutos, o ex-secretário da Agricultura, deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados Reno Caramori, Lício Mauro da Silveira, Onofre Santo Agostini, Sargento Amauri Soares, Antônio Aguiar, Elizeu Mattos e Ozair Polaco, nosso conterrâneo da serra, com um misto de alegria e emoção, caro amigo, deputado Moacir Sopelsa, retornamos a esta Casa, onde vivemos momentos muito importantes em nossa vida. Tivemos a oportunidade de acompanhar fatos relevantes para este estado, deputado Valdir Cobalchini, e muitas das coisas que acontecem em Santa Catarina têm o nascedouro nesta Casa Legislativa.

Então, ao retornar a esta Casa, inicialmente quero agradecer ao meu partido, o Democratas, ao deputado Jean Kuhlmann, ao deputado Onofre Santo Agostini, ao deputado Darci de Matos, ao deputado Gelson Merísio e ao nosso líder, deputado Cesar Souza Júnior, por essa oportunidade, neste ano de 2010, para que possamos aqui encerrar um ciclo de nossa vida política, terminando como deputado estadual, pois pela 4ª vez ocupamos uma cadeira nesta Casa.

Queremos também agradecer, sr. presidente, a todos os deputados estaduais pela cooperação e participação que obtivemos no apoio a todas as ações da secretaria da Agricultura que aportaram aqui nesta Casa.

Vou repetir agora uma fala que fizemos em outras oportunidades, e v.exa. estava presente, deputado Moacir Sopelsa: todas as matérias ligadas à Agricultura, no período em que tive o privilégio de ser secretário de estado, tiveram não só a aprovação, mas a aprovação unânime dos srs. deputados. Inclusive um projeto muito polêmico, deputado Reno Caramori, que nasceu na secretaria da Agricultura e na secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, aquele que toda Santa Catarina discutiu, o Código Ambiental, que era uma ameaça, uma espada, mas dava segurança a mais de 200 mil famílias no estado, depois de uma ampla discussão e com emendas que o melhoraram teve a aprovação também unânime desta Casa.

Então, registro aqui, como deputado, como ex-secretário de estado, o meu agradeci-

mento a esta Casa pelo apoio a todas as ações da Agricultura nesse período.

A agricultura é um setor, uma atividade que está interligada com a realidade do estado de Santa Catarina. Sempre digo, deputado Onofre Santo Agostini, que o estado de Santa Catarina é pequeno, mas gigante quando se fala em produção agrícola.

Quero também deixar registrado o meu agradecimento ao ex-governador Luiz Henrique, ao atual governador Leonel Pavan, pela oportunidade, pois para mim foi um privilégio ocupar pela segunda vez o cargo de secretário de estado da Agricultura.

Quero repetir também aquilo que falamos em outras oportunidades. Foi prazeroso, deputado Ozair Polaco, ser secretário de estado da Agricultura, exatamente por viver dentro da atividade mais envolvente e presente em todo o estado de Santa Catarina - e depois vamos poder discutir esse assunto tão importante.

Mas hoje também quero somar-me aos deputados Elizeu Mattos, Onofre Santo Agostini, Ozair Polaco e Sérgio Godinho e fazer eco às vezes que gritam e trazem a realidade da querida e sofrida região serrana catarinense.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nós queremos cumprimentar v.exa. por reassumir o seu mandato, pois deveria estar sempre aqui. Mas queremos cumprimentar também pelo trabalho extraordinário que fez na secretaria de Agricultura. V.Exa. pode ter certeza de que eu corri este estado inteiro e pude perceber que, com a sua administração, o estado catarinense ganhou muito, principalmente no setor produtivo.

Por isso é um prazer enorme e uma honra muito grande ter v.exa. como nosso companheiro, parceiro de bancada, neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Faço minhas as suas palavras quanto à exitosa passagem de v.exa. pela secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não, nosso conterrâneo, líder do governo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa., deputado Antônio Ceron, foi a grata revelação do governo Luiz Henrique nesses últimos três anos e três meses. E isso é um orgulho para nós, serranos, pois v.exa. desenvolveu suas atividades na secretaria de estado da Agricultura com maestria, surpreendendo a maioria, não a mim porque já o conheço há um bom tempo, mas aqueles que não o conheciam.

Eu quero, de público, deste Parlamento, no momento em que v.exa. volta a Casa, reconhecer o seu trabalho à frente da secretaria de estado da Agricultura, que dignificou muito o governo Luiz Henrique.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa. pelo trabalho que realizou na secretaria da Agricultura e por voltar ao nosso meio. V.Exa., que já fez história nesta Casa, seja bem-vindo novamente a este Parlamento.

O Sr. Deputado Ozair Polaco - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Ozair Polaco - Da mesma forma quero cumprimentar v.exa., com quem trabalhei durante seis anos. Apreendi muito com esse homem sério e trabalhador. Sei do trabalho que fez no primeiro período como secretário do Mercosul e acompanhei também o seu trabalho na secretaria da Agricultura. Foi uma grande revelação para nós, serranos, termos o deputado Antônio Ceron naquela pasta. V.Exa. orgulha a região serrana.

Também estou hoje retornando a esta Casa e, juntamente deputados Onofre Santo Agostini e Antônio Ceron, manterei a nossa bancada firme e forte.

Eu sou ex-marido de uma funcionária do Hospital Regional e sei das dificuldades que lá existem. Tenho certeza de que esta Casa hoje vai fazer justiça e votar, se Deus quiser, o projeto que beneficiará os servidores da Saúde.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Quero concluir, sr. presidente, exatamente fazendo um reconhecimento. Se houve algum sucesso na secretaria da Agricultura, ele deveu-se à equipe de funcionários que lá existe. Inclusive, depois de muita luta conseguimos, deputado Moacir Sopelsa, que também os funcionários da Agricultura fossem contemplados em uma das tantas medidas provisórias que aqui estão.

Então, quero cumprimentar todos os funcionários e somar-me ao encaminhamento, deputado Onofre Santo Agostini...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Presidente, eu ouvi a manifestação dos srs. deputados, e há quatro medidas provisórias em condições de apreciarmos a sua admissibilidade: a Medida Provisória n. 0176/2010, que fixa o valor mensal das pensões especiais e do auxílio aos ex-combatentes e adota outras providências; a Medida Provisória n. 0177/2010, que institui a Gratificação de Gestão de Desenvolvimento Regional e estabelece outras providências; a Medida Provisória n. 0178/2010, que institui a Gratificação de Produtividade para os servidores lotados no órgão central da secretaria de estado da Saúde e estabelece outras providências, e ainda a Medida Provisória n. 0179/2010, que institui a Gratificação de Atividade de Gestão Agrária e Rural e estabelece outras providências.

Essas quatro medidas, deputados, dependem única e exclusivamente da disposição das lideranças deste Parlamento virem a este plenário dizer "sim".

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Onofre Santo Agostini, esta Presidência consulta os srs. líderes dos partidos para saber se concordam com a votação da admissibilidade das medidas provisórias no dia de hoje.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, conversamos com o presidente, deputado Gelson Merisio, que encaminhando as

quatro medidas provisórias e nós, da bancada do PMDB, somos favorável.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu, então, consulto os srs. líderes se há concordância em votar a admissibilidade das medidas provisórias no dia de hoje.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente, para fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Salvo melhor juízo, estamos no horário dos Partidos Políticos, confere?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Confere, deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Já que estamos no horário dos Partidos Políticos e há lideranças de várias bancadas que não estão presentes, entendemos que não é este o momento de fazer essa consulta.

Então, gostaria de solicitar a v.exa. que fizesse essa consulta durante a Ordem do Dia, uma vez que isso poderá, sim, prejudicar o processo de votação.

Assim, consulto a v.exa. se o meu raciocínio está correto de que não é este o momento mais indicado, regimentalmente falando, para fazer uma consulta aos líderes sobre incluir ou não na pauta da Ordem do Dia as medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Pedro Uczai, o raciocínio de v.exa. está também correto. O que precisamos fazer é consultar os srs. líderes, deputado Onofre Santo Agostini, antes da Ordem do Dia, para saber se as medidas provisórias entram ou não na pauta Ordem do Dia.

Eu posso atender a v.exa. fazendo essa consulta aos líderes depois do horário reservado aos Partidos Políticos, mas antes de entrarmos na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Ozair Polaco - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, em primeiro lugar, meus parabéns por estar conduzindo tão bem a sessão, até em respeito aos funcionários. Eu estou aqui representando a liderança PPS e também sou a favor de que sejam votadas hoje as medidas provisórias.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Ozair Polaco.

Fica acertado que, antes da Ordem do Dia, iremos consultar os srs. líderes se poderemos votar ou não as medidas provisórias.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, hoje vamos repartir o tempo do partido com o deputado Manoel Mota.

Sr. presidente, assomo à tribuna hoje porque tenho escutado, nos últimos dias, vários discursos, alguns querendo resolver as coisas, deputado Manoel Mota, e muitos querendo que não sejam resolvidas.

Eu tenho acompanhado os pronunciamentos sentadinho e bem quietinho ali, no meu lugar, mas com responsabilidade para com o povo serrano, que me mandou para cá para representá-lo, representação, antes de hoje

divido com os deputados Antônio Ceron e Ozair Polaco.

Eu não posso, em momento algum, transformar esta tribuna em uma tribuna político-eleitoreira em véspera de eleição. Não vou fazer isso! Nós poderíamos aqui, deputado Valdir Cobalchini, dar os melhores discursos para ganhar aplausos fáceis, discursos oportunistas para aplausos fáceis. É fácil subir aqui com um discurso oportunista para o aplauso fácil. Mas não foi esse o motivo que me trouxe aqui. Não é esse o motivo que me traz aqui.

Nós escutamos discursos em que colocam que o benefício tem de ser estendido aos demais servidores. Mas, às vezes, há discursos, dependendo da platéia que está dentro desta Casa, em que parece que o pacote de medidas que veio para cá é um pacote de maldades, que não beneficia ninguém. E isso é uma grande mentira! Beneficia, sim! Se nós temos que estender o benefício para mais servidores, precisamos achar, deputado Onofre Santo Agostini, um meio legal, que não seja o discurso politiquero e barato destinado a enganar o povo! Nós não podemos enganar vocês que estão aqui!

(Palmas das galerias)

Se houver um caminho, eu sou a favor. Lógico que nós votaremos as medidas provisórias que estão na Casa. Elas precisam ser votadas, estão na Casa. Não sei por que parar! Nós precisamos votar hoje a admissibilidade dessas medidas provisórias. Mas precisamos buscar uma forma de beneficiar mais pessoas. Isso é lógico! Mas beneficiar mais pessoas não é prejudicar aqueles que já ganharam alguma coisa!

(Palmas das galerias)

Eu tenho uma coisa comigo! Se o meu vizinho é médico, eu não vou torcer para que ele deixe de ser médico e perca o diploma de médico. Se eu quiser ser médico, eu vou estudar para ser médico. É por aí que vamos construir algo.

Agora, se existe um caminho, se a emenda é legal e não há inconstitucionalidade, tudo bem, porque o governo tem a intenção de resolver, de estender a mais pessoas o benefício.

Deputado Sargento Amauri Soares, preocupa-me muito fazermos aqui somente discursos. Eu sei que o SindSaúde está-se reunindo com o governo para achar um caminho legal, não um caminho para simplesmente fazermos discursos.

E eu quero aqui cumprimentar o SindSaúde, pois escutei agora que sua diretoria está procurando um meio jurídico e legal para não enganar ninguém e para que o benefício seja estendido aos demais servidores. No caso da emenda, além de ser inconstitucional, estaríamos cometendo crime eleitoral! Uma emenda seria crime eleitoral, porque a legislação diz que se o prazo for inferior a 180 dias da data do pleito ela não pode gerar benefício. Então, qualquer emenda aprovada a menos de 180 dias da eleição estará oferecendo um benefício para ganhar um benefício, deputado Manoel Mota. E oferecer um benefício para tirar proveito político-eleitoral é crime!

Não adianta aqui darmos discursos a respeito de emendas. Vocês virão aqui, poderão aplaudir, vaiar, mas a emenda será inconstitucional, será ilegal, não terá validade alguma e vocês perderão o seu tempo!

(Manifestações das galerias)

Eu não me preocupo com a vaia! Não estou aqui para mentir para vocês! Eu poderia muito bem mentir para vocês, mas não vim aqui para mentir! Eu não vim aqui para mentir para vocês!

(Manifestações das galerias)

Nós podemos, sim, pensar todos juntos, deputado Manoel Mota, e achar um meio legal para evitar o discurso oportunista para o aplauso fácil, porque qualquer emenda poderá, inclusive, tornar inconstitucional toda a medida provisória que for emendada. Pode, sim!

Eu, mais do que ninguém - e o sindicato sabe -, corri, fui atrás, no sentido de achar um meio legal. Quero parabenizar o pessoal do setor jurídico, que está correndo atrás para achar um meio legal para agradecer mais servidores. Ninguém é contra isso!

Eu não sei bem, deputado Valdir Cobalchini, mas pelo que eu acompanhei aqui, acho que o período em que v.exa. ficou na secretaria de Articulação Estadual parece que estava fabricando um pacote de maldades 24 horas por dia. E eu sei que não foi e não é essa a intenção.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao deputado Valdir Cobalchini.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado Elizeu Mattos, nosso líder do governo, os projetos transformados em medida provisória que para cá vieram contemplam 45 mil servidores. Se é verdade, deputado Sargento Amauri Soares, que se reivindica que outros também sejam contemplados, deve-se buscar, como disse o nosso líder, um meio legal para isso, mas não se pode desmerecer projetos como a descompactação da tabela, que beneficia 13 mil servidores do quadro civil da administração direta. Em alguns casos, há servidores que vão ganhar um incremento de mais de 40% nos seus vencimentos, mas eu não vi ninguém reconhecer esses benefícios, assim como não vi ninguém fazer referência ao projeto do plano de carreira do Instituto Geral de Perícias, o IGP.

Os servidores que estão sendo beneficiados têm vindo aqui para agradecer, pois há projetos maduros que tramitaram por mais de um ano na secretaria da Administração, na secretaria da Fazenda e no grupo gestor. A nós, como secretário de Coordenação e Articulação Estadual, coube, a partir dos projetos prontos, encaminhá-los à Assembleia Legislativa e articular sua aprovação.

O projeto, por exemplo, que concede gratificação aos servidores do Deinfra, na verdade faz uma recomposição de algo que já existia. Aqueles servidores tinham uma gratificação vinculada à faixa de domínio e a partir do momento em que não se recolheram mais aqueles recursos, eles perderam a gratificação. Então, o governo está regularizando essa questão para mais de três mil servidores do Deinfra.

Além disso, há outros projetos como os das secretarias centrais, setoriais, em que se aumenta a gratificação. Alguns servidores tinham 15% de gratificação, que agora é elevada para 60%, a fim de chegar mais próximo da gratificação de algumas secretarias que recebem 100%. Afinal, não são todas iguais?

(Palmas das galerias)

Nós queremos fazer justiça àqueles que ganham menos e não vir aqui para agradecer, quem sabe, uma minoria. Aqueles que ganham menos são milhares e não estamos aqui para aplaudir as injustiças que esses servidores, ao longo dos anos, talvez por não terem um padrinho forte, sofreram, pois eles têm os mesmos direitos de alguns poucos privilegiados.

Então, deputado Elizeu Mattos, quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento e quero também endossar as palavras do nosso líder, deputado Antônio Aguiar, dizendo que precisamos votar as medidas provisórias!

(Palmas das galerias)

Vejo servidores que vêm aqui todos os dias pedir que votemos e acho que eles estão fazendo falta lá nos seus órgãos. Por isso, é preciso que nós, de uma vez por todas, aproveemos todas essas medidas provisórias.

Parabéns, deputado Elizeu Mattos, e muito obrigado!

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço um aparte, deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Lício Mauro da Silveira, quem ocupará a tribuna agora é o deputado Manoel Mota, dentro da divisão que fizemos do horário do nosso partido.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - É exatamente sobre o seu ponto de vista que eu quero falar, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mas cedo a tribuna ao deputado Manoel Mota e respondo depois.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Mas o deputado Manoel Mota deve falar sobre outro assunto e vou respeitá-lo.

Peço, então, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Lício Mauro da Silveira, estamos no horário do PMDB.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Tudo bem, sr. presidente, mas precisamos esclarecer certas coisas, deixá-las muito claras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até quatro minutos, tempo restante do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eminentemente deputado Lício Mauro da Silveira, tenho apenas quatro minutos, mas dou um minuto a v.exa., se assim o desejar.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Deputado Manoel Mota, fico muito grato pela sua atenção, mas um minuto é muito pouco. De qualquer forma, quero deixar bem claro à população de Santa Catarina, principalmente aos funcionários públicos, que vieram para esta Casa, no dia 30 de março, 12 projetos para serem colocados em discussão e votação até o dia 1º de abril. Isso era humanamente impossível!

Mas vem o governo dizer agora que foram estudadas durante anos e anos essas situações. Isso não é verdade! O que houve durante esse processo todo foi, simplesmente, um retalhamento de toda a política salarial e de recursos humanos do estado.

Então, quer queiram ou não, temos que admitir que estamos com um problema muito grande aqui dentro e todos os deputados, sejam eles do governo ou da Oposição, sabem disso. Tanto é que a discussão foi tão grande que o presidente da Casa, que estava no exercício do governo do estado naquele momento, foi solicitado a transformar os projetos de lei em medidas provisórias.

Agora, é preciso que o governo reconheça que falta uma política de recursos humanos séria neste estado, que se refletiu em toda essa confusão que foi criada, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar todos os srs.

parlamentares e as sras. parlamentares e dizer que participei de algo que me deixou muito emocionado: a I Romaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Santa Catarina, promovida pela Feapesc, em Nova Trento, na manhã deste domingo. Mais de cinco mil pessoas participaram da primeira edição do evento, que fará parte do calendário anual de atividades da Feapesc. Os aposentados catarinenses mostraram mais uma vez a força de sua união, mobilização e fé. O ato iniciou um pouco antes das 10h, em frente à escadaria que conduz ao Santuário de Santa Paulina. Ali, portando faixas e cartazes, pedindo bênçãos e também as principais reivindicações da categoria, os aposentados se concentraram.

Então, nós, que trabalhamos aqui para fazer justiça, precisamos trabalhar muito, porque em Nova Trento foi pedido à Santa Paulina que ajude a aprovar o projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim, que é do PT do Rio Grande do Sul, que dá garantia aos aposentados e pensionistas, que vêm sendo prejudicados a cada momento, porque a tropa de choque do governo federal não deixa que o projeto vá à deliberação do Plenário.

Em Santa Catarina muito se lutou para alcançar um objetivo, o qual foi alcançado em parte, já que atendemos a 40 mil servidores públicos. Mas é preciso atender ao restante, que também merece. Assim, nós precisamos trabalhar com muita responsabilidade e lealdade. Aprovar, sim, a admissibilidade das medidas provisórias, mas procurar um caminho, junto ao governo, para atender ao restante dos servidores públicos, que aguarda uma decisão deste Parlamento.

Nós temos hoje uma reunião e vamos pedir que se dê, srs. parlamentares, uma resposta aos servidores públicos de Santa Catarina, que são peças fundamentais na engrenagem da máquina estatal.

Um abraço, servidores, e muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, queremos saudar o prefeito municipal de Presidente Nereu, Eudegar José Back, e em seu nome saudar todos os prefeitos, vereadores e demais autoridades que assistem a esta sessão.

Hoje passa a valer o Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que tem o objetivo principal de se adequar à nova realidade, à modernidade. Certamente, a nova tecnologia, a micromanipulação de células, fez com que se estabelecesse a necessidade de também modernizar o Código de Ética, que é controlado pelo Conselho Regional de Medicina.

Na verdade, a ética sempre existiu, o código escrito é que talvez seja mais recente. Na questão dos médicos, por exemplo, certamente o código mais antigo é o juramento de Hipócrates, que os médicos fazem há muito tempo. Mas foi a partir do governo de Juscelino Kubitschek que foi criado o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, bem como os outros conselhos, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Contabilidade e assim por diante, conselhos esses

que têm a finalidade de fiscalizar, controlar e garantir à sociedade o bom atendimento das classes laborais.

Na questão dos médicos, por exemplo, considerando o tripé governo, sociedade e conselho, o conselho é a autarquia que faz com que os médicos prestem à sociedade um bom serviço. O governo assim se sente satisfeito por garantir à sociedade, através da autarquia, o bom atendimento profissional.

Então, o Conselho Federal de Medicina fez a reforma de um código que já existia, para adequá-lo à realidade de hoje. Pelo novo código, o conselho tem o direito de advertir publicamente, de advertir de forma privada o profissional e até de cassar o seu direito de exercer a profissão de médico. O conselho tem ingerência não só sobre aqueles que atendem diretamente o paciente, seja no hospital, no consultório ou na clínica, bem como sobre os que têm alguma função de gestão, de pesquisa ou de ensino.

Hoje, qualquer hospital para funcionar tem que garantir que há plantão médico quando há pacientes internados; se o hospital tem o serviço de emergência, ele precisa ter um plantão permanente. Quando o hospital não tem médico de plantão, não é o médico ou a sociedade que vão ser punidos pelo conselho, mas o hospital. De forma que o conselho age não só sobre o profissional médico, mas também sobre todas as casas de saúde que prestam serviço médico.

Com relação à letra legível, faz mais de 20 anos que consta do Código de Ética Médica que o profissional é obrigado a escrever de forma legível, só que isso não era cumprido. No novo código enfatiza-se esse aspecto.

Muitas pessoas se manifestam contra e outras a favor da manipulação genética. Na verdade, a manipulação da célula pode ser feita, mas é preciso agir dentro da ética para que não se prejudique toda a sociedade.

Cabe ao médico, em primeiro lugar, curar; em segundo, melhorar a condição do paciente, e, em terceiro, quando isso não for possível, pelo menos aliviar a dor. Infelizmente, muitas vezes se aplicam remédios e prolonga-se a vida de alguém que não tem nenhuma expectativa real de sobrevivência. O nosso Código de Ética Médica coloca a possibilidade do chamado direito de morrer.

Certamente vocês estão lembrados dos últimos dias de vida do papa João Paulo II, quando sua equipe queria continuar dando-lhe remédios para prolongar a sua vida, apesar de saber que suas chances eram irreais. Pois bem, o papa simplesmente pediu para morrer em seus aposentos.

Mais de 180 artigos foram incluídos no novo Código de Ética Médica, que tem a finalidade principal de melhorar o atendimento médico à população.

No último final de semana tomamos conhecimento de uma pesquisa do instituto de pesquisa Mapa, que mostrou que entre os cidadãos que se queixam dos serviços públicos, 35% se referem à saúde. Ou seja, 35% das deficiências do governo estão na área da saúde, 12%, na área da segurança pública e apenas 5%, no setor da educação.

Quem vai resolver o problema da satisfação da população não é o médico, nem o hospital, mas ações de governo que de fato melhorem a Saúde. E é por isso que a secretaria de estado tem muito por fazer para melhorar o nível de satisfação da comunidade catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e pessoas que participam desta sessão neste dia.

Nossa bancada tem, ao longo desses três anos e meio, defendido os servidores públicos estaduais de todas as áreas, cada um na sua área de atuação. Eu, mais especificamente na Educação, os deputados Jailson Lima e Ana Paula Lima, na Saúde, outros na Segurança Pública e em programas sociais. Mas o conjunto da bancada tem-se manifestado sempre a favor do servidor público catarinense e a todos os projetos que aportaram a esta Casa que trariam benefício, fruto da própria luta, como foi o Prêmio Educar e depois o Prêmio Jubilar, que o governo teve que ceder para os inativos, a partir da luta construída pela nossa bancada, como o salário mínimo estadual, em que foram colhidas 50 mil assinaturas no estado. E vemos também os trabalhadores da área privada melhorando as condições de vida. E não será diferente de qualquer outro projeto que venha beneficiar o servidor público estadual.

Então, a nossa bancada está muito à vontade para discutir, inclusive, as medidas provisórias. E hoje está começando outro debate, deputado Silvio Dreveck, um falso debate: se serão ou não admitidas as medidas provisórias. Mas elas nem estão em debate! O governo tem a maioria. Admitirão à hora em que quiserem, sem precisar da Oposição. E a Oposição ainda nem tem posição sobre a admissibilidade das medidas provisórias, porque há necessidade de um acordo de lideranças.

Quando um deputado da base do governo, na semana passada, disse que essas medidas provisórias são uma lambança, quando os deputados da base do governo apresentam emendas às medidas provisórias, há alguma coisa errada neste Plenário ou neste governo.

Quando se discute aqui - e a grande discussão política não é legal, a grande discussão política é política - se os servidores de Santa Catarina devem ser tratados de forma igual ou não, se os servidores têm que ter isonomia numa política salarial ou não, se alguns podem ter ou todos podem ter, se o bolo é para 100 ou o bolo é para dez, é uma discussão política; se o Orçamento é de 100 e distribui-se de forma igual ou de forma desigual, é uma discussão política.

Eu acho que é mais decente, deputado Valdir Cobalchini, o governo dizer que vai atender a determinados servidores e excluir os outros servidores do que dizer que estamos fazendo discurso aqui.

Eu quero dizer que em relação à constitucionalidade ou inconstitucionalidade, deputado Kennedy Nunes, quando a Oposição reage é inconstitucional, mas quando a base do governo propõe algo aqui nada é inconstitucional.

Srs. deputados, quem decide se é inconstitucional ou não a medida provisória é a comissão de Justiça. Se decidir que é constitucional, o Plenário poderá votar também pela constitucionalidade qualquer emenda apresentada aqui. Depois, vai para o governador, que sancionará ou vetará. E se ele sancionar, a sociedade ainda poderá entrar com uma Adin, Ação Direta de Inconstitucionalidade. Mas quem decidirá se é

inconstitucional ou não será o Judiciário. Mas depois que o governador sancionar, ainda cabe uma Adin ou não.

Então, ao darmos esse discurso de agradar um, agradar outro, porque hoje temos um público, amanhã teremos outro, que tratamento estamos dando à política pública dos servidores no estado? Por que o governo decide colher para 500 e não para 13 mil? Colher para 45 mil, como estão dizendo, e não para 100 mil, para 80 mil, para os professores, para os servidores da Saúde do interior e não só do centro? Essa é a discussão política!

Portanto, é mais decente o governo dizer que fez escolha para essa parte e que a outra parte vai ficar de fora.

Em relação à adin, essa é uma decisão política, deputado Sargento Amauri Soares, e eu vou dar dois exemplos. Eu apresentei o projeto de regulamentação do art. 170 da Constituição, referente às bolsas de estudo. Há 11 anos que ele está em vigor e ninguém teve a coragem de dizer que os R\$ 288 milhões, que até dezembro de 2009 foram aplicados, são inconstitucionais. E o sr. Esperidião Amin, na época governador, até disse: "Entre o parecer jurídico do procurador e o clamor das ruas, vou ficar com as ruas", e sancionou a lei. Quem propôs? Um deputado da Oposição chamado Pedro Uczai. É inconstitucional? Houve impacto financeiro e orçamentário? Houve! Foi sancionado, e nenhum deputado entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade. Então, essa é a primeira coisa.

Mas o que mais sério aconteceu nesta Casa é que no dia 6 do corrente este Plenário, por unanimidade, inclusive este deputado, aprovou um projeto dando reposição salarial acima da inflação de 2010! E aí vem o líder do governo fazer discurso aqui que votou a favor!

Portanto, o deputado Darci de Matos apresentou emenda porque tem senso de justiça! E se o governo fez lambança...

Srs. deputados, queremos corrigir as injustiças, corrigir o que este governo está fazendo com os servidores, dividindo todo mundo, pois há briga de um lado e de outro, justamente no momento em que deveríamos dar as mãos, abraçar-nos e unir-nos em favor dos servidores!

(Palmas das galerias)

É isso que nós defendemos e o que estamos discutindo. Eu não quero estar de um lado nem do outro, quero estar do lado dos dois, porque é dos dois lados que os servidores têm que ser respeitados neste estado! É isso que estamos discutindo!

Então, estão fazendo discurso para uma parte da plateia?! Vamos levar a sério! Este Plenário é sério! Este Parlamento tem que ser respeitado! E o governador ainda vem dizer que é devido à lei eleitoral? Então, por que é que não mandou antes para resolver o problema das injustiças? Por que não mandou um projeto de lei na época certa? E daqui a pouco, deputado Silvio Dreveck, a Oposição vai ser culpada! Daqui a pouco a Oposição vai ser responsável se o servidor teve ou não ganho.

Onde é que nós estamos? Onde é que nós estamos pisando? Temos que levar esse debate a sério. Os deputados da base do governo têm que reconhecer humildemente que fizeram irresponsabilidade nessas medidas provisórias, e temos que encontrar um caminho. Nós queremos que os servidores sejam respeitados, até porque, em última instância, se os pagarmos bem, é o povo de Santa Catarina que será respeitado.

Então, é nessa direção que a nossa bancada se posiciona. Por isso queremos contribuir com esse debate.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)
(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, colegas deputados, o governo teve sete anos para fazer política salarial e fez a lambança que quis. Agora, vem aqui dizer que não dá mais. Até usou o elemento de que está dentro do período eleitoral para dizer que não dá mais. Mas do dia 1º de fevereiro, quando já estávamos aqui trabalhando, até o dia 15 de março, são 43 dias, e o governo não encaminhou absolutamente nada para a Assembleia.

Aos 49 minutos do segundo tempo e mais um pouquinho, depois dos 49 minutos, por conta do juiz, o governo encaminhou um caminhão de medidas provisórias, boa parte delas com um monte de problemas que a própria base do governo reconhece como problema. Mas agora diz que não dá mais de fazer, que fazer emenda é institucional, como se as emendas que fizéssemos deixassem de ser aprovadas por causa da Lei Eleitoral! Se fosse por isso, sinceramente, valeria a pena arriscar a elegibilidade.

Se a base do governo garantisse que aprovaria, eu faria emendas a todas as medidas provisórias e sairia daqui de cabeça erguida por ter feito justiça, sem chance nenhuma de ser candidato mais uma vez na vida. Mas não é essa a discussão! A discussão é que as emendas apresentadas no ano passado não foram aprovadas, as que foram apresentadas no ano anterior não foram aprovadas e no outro ano também não foram! E não havia período eleitoral nenhum! Na verdade, estavam massacrando a própria Assembleia Legislativa. E é isso que o governo do estado está fazendo neste momento.

Fiquei feliz pelo pronunciamento que ouvi pela primeira vez do deputado Valdir Cobalchini sobre esse assunto, depois que retornou ao Parlamento. Buscaram atender aos que ganham menos. Ele disse isso. Mas onde?! Estão dando R\$ 2 mil para o coronel e R\$ 250,00 para o soldado e para o subtenente! Estão dando R\$ 1 mil para alguns e absolutamente nada para os que ganham menos, como é o caso da Saúde.

Os médicos estão ganhando mais alguma coisa. Já havia discriminação, os servidores da Saúde já se sentiam discriminados com relação ao tratamento dado aos médicos. Agora, estão criando uma nova categoria que são os enfermeiros e os de nível superior em geral com relação aos técnicos.

Outra expressão que o deputado Valdir Cobalchini usou aqui é que não foram atendidos no passado porque não tinham padrinho forte. Padrinho forte! Vejam só se isso é coisa de um estado, se isso é coisa de serviço público, se isso é coisa de República? Quem tem padrinho forte resolveu e quem não tem padrinho forte ficou de fora?

Nós estamos em 2010 ou em 1722? Para quem tinha padrinho, era nessa época, no ano de 1722. Na época da monarquia tinha que ter padrinho. Nós estamos na República, portanto, a política salarial deve ter um tratamento racional, isonômico e justo para todos os servidores públicos. Mesmo que seja

pouco, mas justo para todos os servidores públicos.

Outra coisa que também precisa ser dita: eu detesto quando dizem que estamos aqui jogando para a plateia. Já fui vaiado na Assembleia, e essa não foi a primeira vez. Aliás, antes da primeira vez eu pensava que doia mais, deputado Silvio Dreveck. Quando temos certeza de que estamos defendendo o que é justo nem a via machuca.

Nós temos aqui o compromisso de estar ao lado dos trabalhadores organizados em suas entidades de classe, legitimamente constituídas.

O SindSaúde fez uma assembleia ontem, nesta Casa, no auditório Antonieta de Barros, que estava lotado, ocasião em que discutiram cerca de duas horas, em que a decisão da categoria organizada foi pela retirada das MPVs da Saúde.

(Vaiais das galerias)

As vaiais também ajudam.

A Polícia Militar sofre há 18 anos com a discriminação. A nossa posição é contrária. Por isso somos contra a tramitação da Medida Provisória n. 0178/2010.

Obrigado pelas vaiais também.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto a bancada do Partido dos Trabalhadores, que encaminhou o requerimento à Mesa, para saber se concorda com o pedido de suspensão da sessão.

(A bancada aquiesce.)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Tão logo ouvirmos o deputado Onofre Santo Agostini, vamos suspender a sessão por dez minutos, atendendo ao requerimento assinado por todos os senhores líderes para que a associação do profissionais da Eletrosul e a Aprosul possam fazer uso da tribuna.

O requerimento está assinado por todos os senhores líderes e assim vamos cumprir o que é feito de praxe quando se dá esse encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, eu vou insistir na votação da admissibilidade das quatro medidas provisórias.

(Palmas das galerias)

Vou insistir porque já fizemos o requerimento verbal para que a admissibilidade das quatro medidas provisórias sejam votadas em plenário.

Se for antes do pronunciamento ou depois, v.exa é quem deve conduzir esse processo.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Tão logo seja retomada a sessão, vamos submeter a matéria para a liberação dos srs. líderes. A matéria não consta da pauta e só poderá ser incluída havendo concordância de todos os senhores líderes, conforme prevê o nosso Regimento.

Tão logo retomemos a sessão, depois de ouvirmos o líder sindical, vamos submeter a matéria aos srs. líderes e havendo concordância ela será votada; não havendo concordância, vamos incluí-la na próxima pauta da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Esses assuntos que o presidente da Associação dos Profissionais da Eletrosul abordou é sério. Eu acompanhei de perto muitos amigos meus, ex-alunos, excelentes alunos, que foram demitidos por critérios atípicos, os mais diversos possíveis. Alguns que tinham proteção política ainda ficaram e assim sucessivamente. Mas o que nos assusta nesse processo é que nos mais de dois mil funcionários demitidos, 300 foram anistiados e nenhum dos 300 voltou. Nenhum voltou. Isso é realmente uma insensatez total.

O deputado Pedro Uczai fez uma moção aqui e entendo que todos os srs. deputados têm a obrigação moral de aprová-la. Nessa moção a ministra chefe da Casa Civil e os demais ministros se manifestam com relação à punição internacional da anistia para apoiar esses trabalhadores.

Então, deputado Pedro Uczai, eu gostaria de me associar a v.exa. porque foi feita uma ação nefasta, sem vergonha, safada, para não dizer outra coisa.

Por isso, eu gostaria que v.exa. contasse com o apoio deste deputado nessa moção.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu também quero cumprimentar o sr. Aldo Pedro Ferrari e o deputado Lício Mauro da Silveira pela solidariedade e dizer que este Parlamento precisa se colocar sempre contra, de forma pública, a essa injustiça feita aos milhares de trabalhadores que foram demitidos no país, que há 18 anos estão lutando para recuperar o direito de voltar a trabalhar, de ser cidadão, de ter dignidade e o direito de voltar a ter autoestima com a sua família.

Por isso é importante que a cada 15 dias possamos deliberar requerimentos por esta Casa, para pressionarmos os órgãos do governo federal, a fim de que readmitam todos esses trabalhadores que foram injustamente demitidos na era Collor.

Era esse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Inicialmente, esta Presidência informa aos srs. deputados que, por acordo de líderes em reunião realizada hoje pela manhã, ficou acordado que todos os vetos serão retirados da pauta e voltarão para serem deliberados nos dias 27 e 28 de maio, sem possibilidade de novo adiamento. Isso tem que ficar bem claro a todos os srs. líderes, porque não irá haver concordância da Mesa. Então, repito, os vetos serão votados nos dias 27 e 28 de maio, conforme entendimento feito pelos srs. líderes.

Há também uma solicitação encaminhada à mesa, no sentido de incluirmos na pauta de hoje as MPVs que já tenham sido aprovadas nas comissões.

Informamos também aos srs. deputados que se as medidas não estiverem na pauta elas só poderão ser incluídas por unanimidade dos srs. líderes. E caso não haja essa unanimidade hoje, elas serão incluídas na pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã, e aí o processo será inverso: para serem retiradas, terá que haver acordo dos srs. líderes.

Por isso pergunto a v.exas. se há entendimento para que essas matérias sejam votadas no dia de hoje.

(Os líderes não concordam.)
Não havendo entendimento, esta Presidência informa que as matérias serão incluídas na pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

(Manifestações das galerias)
O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria que ficasse esclarecido quem dos líderes votou a favor e quem votou contra.

(Manifestações das galerias)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Antônio Aguiar, não há necessidade de esclarecermos todos os votos, uma vez que o líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, não concorda regimentalmente. Portanto, a matéria será incluída na pauta da Ordem do Dia de amanhã, esclarecendo que amanhã se inverterá a prerrogativa. A partir de amanhã, para que a matéria seja retirada de pauta, terá de haver unanimidade por parte dos srs. líderes. A Mesa Diretora já definiu que será lido hoje e que incluirá na pauta da amanhã. Portanto, amanhã precisaremos de unanimidade para que a matéria possa ser retirada de pauta.

Quero que isso fique bem claro a todos os srs. deputados, para que todos entendam o processo.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0129/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que reconhece o município de Camboriú como capital catarinense de Missões.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0020/2010, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública o Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável Comunitário do Extremo Sul de Santa Catarina - Gradesc -, com sede no município de Balneário Arroio do Silva.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0021/2010, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Veranistas da Praia dos Golfinhos - Amover -, com sede no município de Balneário Arroio do Silva.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0487/2009, de autoria do deputado Vânio dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Razão de Viver, com sede no município de Camboriú.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0614/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública o Instituto de Apoio à Pesquisa, à Proteção e à Preservação dos Botos de Laguna - Instituto Boto Flipper, com sede no município de Laguna.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0619/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Liga Blumenauense dos Gincaneiros, de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0622/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube de Futebol Americano Warriors, de Barra Velha.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0624/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube Blumenauense de Caça e Tiro, de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0626/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Escultur - Associação de Esporte, Cultura e Turismo, de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0005/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que denomina Claudino Crestani o trecho da Rodovia SC-473 compreendido entre os municípios de Campo Erê e Anchieta.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0014/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que institui o Dia do Orquídfilo, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0030/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que institui no calendário oficial do estado de Santa Catarina o Dia da Paternidade Responsável.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o dia 17 de agosto, com a aprovação deste projeto, passa a ser o Dia da Paternidade Responsável do estado de Santa Catarina. E é até um meio de prestar uma homenagem a um grande projeto criado em Lages e na região serrana pelo dr. Silvio Orsatto, juiz de Direito, que criou o projeto que encaminha crianças, que não têm o sobrenome do pai, para terem o sobrenome dele.

Qual é o objetivo do projeto Paternidade Responsável? É que toda a criança não tenha na sua certidão de nascimento pai desconhecido, e sim o sobrenome do seu pai.

E esse projeto, na serra catarinense, em Lages, já deu sobrenome a mais de 600 crianças, desde 2003.

Por isso é uma homenagem ao instituto de Paternidade Responsável, pois queremos que esse instituto chegue a todos os cantos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0058/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às pessoas maiores de 65 anos e renda inferior a dois salários mínimos e adota outras providências.

Foi apensado a este projeto o Projeto de Lei n. 0455/2007.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, é só para desengargo de consciência, e jamais eu me furtaria de justificar o meu parecer pelo voto contrário nesse projeto. Mas esse projeto já possui uma lei federal que contempla. Então, é inútil esse projeto, porque a lei federal é maior e já contempla o que esses projetos estão solicitando.

Por isso o nosso parecer é contrário, justificando técnica, legal e constitucionalmente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Cesar Souza Júnior, autor da matéria.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, respeito muito a posição do deputado Reno Caramori, deputado pelo qual tenho uma estima pessoal muito grande, mas, deputado, nesse caso o que essa lei estadual busca fazer é justamente trazer o benefício já previsto na lei federal para o transporte intermunicipal em Santa Catarina, porque hoje a situação que o idoso com mais de 65 anos vive no estado é *sui generis*. O idoso carente que ganha menos de dois salários pode ir de graça - e são duas vagas por ônibus -, daqui a São Luís do Maranhão, mas de Florianópolis a Paulo Lopes ele não consegue ir.

Então, na verdade, é para adequar o Estatuto do Idoso, lei federal, à normatização do transporte coletivo intermunicipal de passageiros em Santa Catarina; é a adequação do Estatuto do Idoso ao nosso estado.

Portanto, peço aos nobres pares o voto favorável nessa matéria A lei federal já prevê isso nos municípios, e precisamos também dar essa garantia aos idosos. E não é qualquer idoso, é o idoso carente, que ganha menos que dois salários e que precisa, sim, desse benefício para poder ter melhor qualidade de vida em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e nobres deputados, nós, da bancada do PMDB, somos favoráveis à aprovação dessa matéria, uma vez que o deputado Cesar Souza Júnior já especificou o porquê. Somente me causa estranheza o voto contrário do deputado Reno Caramori. Será que há problema na empresa Reunidas?

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, um projeto é de autoria do deputado Cesar Souza Júnior e o outro, de minha autoria, é na mesma direção. Foram apensados os dois projetos e com eles pretendemos dar um pouquinho mais de conforto a essa gente que já enfrenta problemas terríveis no nosso estado. Os aposentados estão sendo massacrados neste país com a questão da Previdência Social.

Então, esse projeto é fundamental. E eu pediria, evidentemente, ao nobre deputado que desse o seu parecer para que pudéssemos trazer a este plenário, sim, votar e dar um pouquinho, pelo menos, de conforto aos aposentados e pensionistas de Santa Catarina.

É dentro dessa linha que quero pedir o voto favorável.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Reno Caramori, eu concedo a palavra, pela ordem, a v.exa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Antônio Aguiar, parece que v.exa. não está neste Parlamento há alguns anos. Quando viemos para cá, nós nos despinimos de qualquer facção político-partidária, ou de defesa de assuntos particulares, ou de buscar aqui benefícios próprios. Eu estou aqui, deputado Antônio Aguiar, há vinte anos e jamais usei este Parlamento para beneficiar a classe de transportador! Bem pelo contrário, já usei esta tribuna por diversas vezes para fazer com que os governos entendam que os menos privilegiados devem ter os benefícios, sim, dentro dos princípios legais.

Eu estou usando aqui, deputado Antônio Aguiar, a prerrogativa de parlamentar responsável, quando o presidente da comissão de Justiça não admitiu um projeto inconstitucional nesta Casa. E não será v.exa. que virá aqui jogar o meu nome, dizendo que eu estou legislando em causa própria! V.Exa. está muito enganado comigo! Não sou menino de recado! Tenho responsabilidade, e é por isto que estou aqui há vinte anos, no quinto mandato: pelo respeito que eu tenho com o povo catarinense!

Eu não disse que vou votar contra o projeto! Eu disse que o meu parecer no projeto é pela inconstitucionalidade, porque há uma lei maior que o cobre!

Então, desculpe-me, mas v.exa. deve se orientar para que não venha neste Parlamento botar no sinal da TVAL e na Rádio Alesc Digital inverdades, duvidando da idoneidade deste parlamentar!

Quero aqui, mais uma vez, deputado presidente, dizer que já enfrentei este plenário lotado, quando estava sendo apreciado um projeto do Pedro Uczai, mostrando a realidade do que acontece no estado de Santa Catarina. E não fui vaiado nem contestado. E não é v.exa., com todo o respeito que eu tenho... V.Exa. é médico e talvez não entenda bem disso, e também lhe perdoe por isso, agora, não admito, deputado Manoel Mota, que duvidem da minha idoneidade! E nunca vou usar o Parlamento catarinense tentando beneficiar este deputado. Agora, tenho a obrigação de defender a classe, em benefício dos catarinenses.

Por isso não admito! E aqui falo pela ordem, mas ainda usarei a tribuna para justificar que não estou aqui para brincar. Vim aqui representando Santa Catarina e, principalmente, a minha região, com muita honestidade, com muita transparência e com muita responsabilidade.

Por isso, deputado Antônio Aguiar, não brinque com quem trabalha sério, porque eu não vou admitir isso, em hipótese alguma!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Antônio Aguiar, como concedi o espaço ao deputado Reno Caramori, concedo também a v.exa. a palavra, pela ordem, mas acho mais prudente não polemizarmos sobre essa matéria.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu só gostaria de dizer que o deputado Reno Caramori não precisava ficar alterado por causa disso. Eu só pedi uma explicação de o porquê do voto contrário aos idosos! Quer dizer, eu acho que poderia ser dada uma explicação sem ele se alterar, sr. presidente.

Podemos falar com calma, somos pessoas civilizadas e não precisamos nos alterar!

Eu pedi uma explicação. Jamais coloquei a idoneidade do deputado Reno Caramori em jogo. Acho que o deputado Reno Caramori é um parlamentar antigo e merece respeito. Mas a minha colocação, deputado Reno Caramori, é em defesa dos aposentados. Eu voto "sim", a favor dos aposentados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, continuaremos apreciando a matéria.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Em que pese o parecer do deputado Reno Caramori, eu me sinto no dever de votar a favor dessa matéria.

Agora, com relação a esse imbróglio que aconteceu há pouco, quero dizer que o deputado Antônio Aguiar costuma ter umas brincadeiras de mau gosto neste plenário, e essa foi de muitíssimo mau gosto em relação ao deputado Reno Caramori, por quem temos o maior respeito e o maior carinho.

V.Exa., deputado Antônio Aguiar, de vez em quando fala umas besteiras neste plenário!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, não vamos estragar o bom entendimento e o respeito a cada colega!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Joares Ponticelli, tenho certeza de que v.exa. vai-nos ajudar.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Cada um vota a matéria como achar que deve votar. Só que quem defende o aposentado, o velhinho, o ancião e o idoso tem que defender onde pode ajudar. Por exemplo, quem é deputado do governo deve defender o aposentado do estado, que em sete anos deste famigerado governo ganhou 1% de aumento e R\$ 100,00 de abono. O aposentado do estado de Santa Catarina, servidor público, está na miséria, sem dinheiro para comprar remédio, padecendo! Então, quando alguém defende o aposentado, tem que defendê-lo de verdade e não com demagogia.

Esta Casa tem que defender, sim, o aposentado do estado, que nunca foi tão maltratado como agora está sendo por este governo. Ou então o povo, que é tudo aposentado, com relação aos precatórios, durante sete anos e três meses este governo não pagou um centavo do valor que lhes é devido. E são R\$ 550 milhões! Este é o estado mais inadimplente com precatórios. Há pessoas morrendo na fila de espera, e não recebem.

Então, sem demagogia, se é para defender aposentado, vamos defender fazendo lei aqui e mandando o governo pagar!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, quero dizer a v.exa. que o transporte gratuito para os idosos acima de 65

anos, para pessoas da melhor idade, já consta no Estatuto do Idoso. E eu também fui uma deputada proponente de uma lei para o transporte gratuito para policiais militares fardados. Entrei em 1999 com esse projeto, recoloquei e vou colocá-lo novamente.

E não vou defender ninguém, mas vou votar favorável com o meu colega, deputado Cesar Souza Júnior, e vou recolocar aquele projeto do transporte gratuito para policiais militares fardados porque eles também vão contribuir na proteção dos passageiros de ônibus.

Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaríamos apenas de manifestar a nossa posição favorável a esse projeto. Já fizemos projeto semelhante no passado, um pouco mais amplo, e talvez, em virtude disso, não conseguimos trazê-lo até o plenário.

Gostaria de parabenizar o deputado Cesar Souza Júnior pela iniciativa e pelo êxito de ter conseguido encaminhar e trazer ao plenário esse projeto de iniciativa dele.

Da mesma forma que a deputada Professora Odete de Jesus, nós também já entramos com um projeto para o transporte. Assim como a deputada Professora Odete de Jesus e o ex-deputado Jaime Mantelli já o fizeram em legislaturas anteriores, nós também já fizemos, mas, da mesma forma, ficamos, infelizmente, lá na comissão de Constituição e Justiça porque, deputada Professora Odete de Jesus, essa turma é forte. Vamos ver se aprovamos, então, o projeto do Cesar Souza Júnior, que já é um direito para os idosos.

Muito obrigado, sr. presidente! O nosso voto é favorável!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sem querer atrapalhar a tramitação das matérias, gostaria de agradecer a todos os deputados pelo voto e deixar claro duas coisas. A primeira é que esse projeto é consequência de um trabalho já iniciado pelo deputado Cesar Souza, que colocou na Constituição a gratuidade do transporte coletivo aos idosos.

Segundo ponto: ninguém aqui está inventando nenhum benefício. Ele já existe e está previsto no Estatuto do Idoso, e não havia a legislação própria para aplicá-lo dentro de Santa Catarina.

Então, é um benefício federal já aplicado nas linhas interestaduais e que trazemos para as linhas intermunicipais.

Terceiro ponto: respeito o deputado Antônio Aguiar, parceiro e amigo, mas também tenho a convicção de que o deputado Reno Caramori tem a total independência. E, sem dúvida, se ele fez esse posicionamento, foi um posicionamento conforme a sua consciência e desprovido de qualquer outro interesse.

Então, quero fazer esse registro e agradecer aos srs. deputados aqui pelo voto. Certamente essa é uma lei que vai beneficiar...

(Manifestação interrompida pelo término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Reno Caramori, nós não vamos passar a tarde inteira discutindo esta matéria! Por favor! Concedo a palavra, pela ordem, a v.exa., por trinta segundos!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Só quero dizer que, na constitucionalidade, voto a favor, Deputado Cesar Souza Júnior! Não há nenhuma dúvida de que, dentro da constitucionalidade, sou favorável.

Portanto, meu voto, e não tive condições de votar, é apela aprovação, desde que seja constitucional.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Só quero agradecer a todos e dizer que o projeto não é só do deputado Cesar Souza Júnior, é também do deputado Manoel Mota, porque o meu projeto foi apensado ao projeto do meu colega.

Portanto, quero apenas esclarecer e agradecer por esses votos que vão ajudar muitos aposentados e pensionistas de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0234/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que institui o dia 16 de maio como o Dia dos Empregados na área de asseio e conservação.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0523/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que revoga a Lei n. 5.432, de 1978, que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - seção de Florianópolis, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0583/2010, de autoria da deputada Ada De Luca, que denomina Rodovia Monsenhor Quinto Davide Baldessar o trecho entre Mãe Luzia e Vila Maria, da SC-443, no município de Nova Veneza.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, queria cumprimentar a deputada Ada De Luca por essa brilhante denominação, porque o padre Quinto Davide Baldessar é um símbolo lá na região sul, especialmente em Nova Veneza, uma comunidade em que sempre atuou. Ele tornou-se uma referência em toda a região carbonífera, e não só ali. Por isso essa homenagem é importante, pois imortaliza todo o trabalho social que fez junto às comunidades, de articulação, reivindicando as melhorias necessárias para a região.

Então, é uma bela homenagem que a deputada faz ao padre Quinto Davide Baldessar.

Parabéns!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Na mesma linha, sr. presidente e sra. deputada Ada De Luca, acho importante essa homenagem ao padre Quinto Davide Baldessar, que foi um grande batalhador. Eu ouvia suas palavras ao lado da igreja em Rio dos Cedros, deputada Ada De Luca.

Muitos governadores foram até lá, prometeram aquela estrada, bateram o sino, mandaram matar tropas de bois. Há mais de dez anos estão prometendo aquela estrada, e o governador Luiz Henrique, deputada Ada De Luca, v.exa. foi testemunha, fez a estrada. Correram lágrimas dos olhos do padre Quinto Davide Baldessar no dia em que a estrada foi inaugurada, e nós andamos um longo trecho a pé por ela.

Por isso, essa homenagem é justa ao padre Quinto Davide Baldessar, pela verdade, pela justiça, pelas lutas que empreendeu para que aquela estrada fosse concluída. Vamos homenagear o referido padre através do projeto da deputada Ada De Luca, e o nosso voto é favorável em homenagem àquele grande batalhador daquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0189/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0190/2010, 0191/2010 e 0192/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0193/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0194/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel; 0195/2010 e 0196/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere Requerimentos n.s.: 0407/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0408/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0409/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0410/2010, 0411/2010, 0412/2010 e o 0429/2010 e 0431/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Eu gostaria de solicitar ao deputado Rogério Mendonça que permitisse a esta deputada subscrever a indicação de sua autoria, que pede a disponibilização da vacina contra a gripe Influenza H1N1 aos professores da rede pública de ensino.

Parabéns, deputado Rogério Mendonça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Tenho certeza de que o deputado Rogério Mendonça não será contrário à sua subscrição.

Portanto, v.exa. é também subscritora da matéria.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Peço licença à deputada Ada De Luca para assinar também a Indicação n. 0193/2010, que solicita a inclusão no BIRD VI da pavimentação asfáltica da SC-439, no trecho entre a sede do município de Grão Pará, no distrito de Aiurê, e Urubici.

Nós já tínhamos feito a solicitação de uma emenda relativa a isso no Orçamento deste ano, que não foi acatada, mas é uma reivindicação importante, e eu gostaria de assinar essa indicação com a autora, deputada Ada De Luca.

(A autora aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência da deputada Ada De Luca, v.exa. também passa a subscritor da matéria.

Srs. deputados, esta Presidência ainda defere os Requerimentos n.s.: 0425/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0416 e 0427/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0417, 0418, 0419, 0420, 0422 e 0423, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 0421, 0436, 0437 e 0438/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0425/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0426 e 0432/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0428, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0439/2010, de autoria do deputado Edison Andrino e 0440/2010, e autoria do deputado Dagomar Carneiro.

Requerimento n. 0383/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, sugerindo que apresente pedido ao governo do estado de doação da área remanescente da Praça Nossa Senhora de Guadalupe em prol da Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0384/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Telecomunicações, pedindo a concessão de funcionamento de rádio comunitária para a Associação Comunitária da Pinheira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0385/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara dos Deputados, pedindo por medidas que vise estender a vacinação contra o vírus H1N1 às pessoas com idade de 2 a 20 anos e de 40 a 60 anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0395/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário executivo do Conselho de Política Financeira Fazendária de Santa Catarina, pedindo apoio aos trabalhadores da Cidasc providências na solução dos problemas relacionados ao PDI.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0413/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, pedindo a recuperação das faixas de sinalização, bem como a colocação de tachão no trecho da BR-470, que liga o município de Apiúna a Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0414/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, solicitando a disponibilização da vacina contra a Influenza H1N1 a todos os professores, com a subscrição da deputada Professora Odete de Jesus.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0424/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT em Santa Catarina, pedindo medidas urgentes na modificação do trevo de acesso ao município de Irani.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0430/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao

ministro da Educação, pedindo a alteração do nível de classificação dos auxiliares de enfermagem, dada pela Lei n. 11.233, de 22 de dezembro de 2005, como também a diferença salarial existente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0433/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT de Santa Catarina, pedindo agilização na recuperação e restauração da BR-280, no trecho entre os municípios de Canoinhas e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0434/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT de Santa Catarina, pedindo a construção de um trevo rotatório na BR-280, acesso à localidade de Colônia Escada, no município de Irineópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0435/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT de Santa Catarina e ao coordenador de Infraestrutura Rodoviária de Transportes da Unidade Rio Grande do Sul - ANTT -, pedindo a construção de elevador ou trevo rotatório no segundo entroncamento das BR-116 e BR-280, no município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0019/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos ministros da secretaria Especial de Portos, da Casa Civil, do Meio Ambiente, ao presidente do Ibama e ao superintendente do Ibama em Santa Catarina, pedindo prorrogação do prazo de apresentação de contraditório em defesa da baía da Babitonga, dos pescadores, dos trabalhadores portuários e do porto público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0020/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao presidente da comissão Especial Interministerial de Anistia, pedindo apoio aos

trabalhadores demitidos no período de 1990 a 1992, enquadrados nos termos da Lei Federal n. 8.878, de 11 de maio de 1994, e apela para que sejam homologados os processos de anistia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0021/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e aos deputados federais de Santa Catarina, manifestando apoio ao PL n. 5.030/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0022/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao ministro da Justiça, aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos senadores e deputados federais de Santa Catarina, manifestando apoio à aprovação da PEC n. 0308/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0023/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da República, aos ministros dos Portos e do Meio Ambiente, aos presidentes do Ibama e outros, solicitando empenho pela não efetivação de qualquer porto privado e a instalação do terminal marítimo Mar Azul na baía da Babitonga, no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0024/2010, de autoria da deputada Ada De Luca, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Secretaria Especial dos Portos, manifestando repúdio ao licenciamento do Terminal Marítimo Mar Azul, no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0051/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes à arrecadação do ICMS sobre cigarros e similares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0052/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre o cronograma previsto para a conclusão das obras no Hospital Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0053/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, solicitando informações sobre quais os mecanismos existentes naquela secretaria que poderão auxiliar no treinamento da Guarda Municipal de Tubarão, quanto ao uso de armamentos e como a prefeitura deve agir para disponibilizá-los.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu quero escusar-me por ter perdido a votação do Pedido de Informação n. 0053/2010. Mas eu gostaria de subscrever, com aquiescência do deputado Lício Mauro da Silveira, o Pedido de Informação n. 0052/2010, solicitando esclarecimentos sobre a data para o término da obra de conclusão das reformas no Hospital Florianópolis, que estão paradas.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Eu tenho certeza de que o deputado Lício Mauro da Silveira concorda.

Esta Presidência solicita à assessoria que inclua o nome do deputado Sargento Amauri Soares como subscritor da matéria referida.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0054/2010, de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre as providências adotadas por aquela secretaria para a implementação efetiva do benefício fiscal estendido à cadeia produtiva do vime, conforme art. 44 da Lei n. 14.967, de 7 de dezembro de 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0055/2010, de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre a data da realização da auditoria sobre a merenda escolar na Escola de Educação

Básica Henrique Raupp Júnior, de Campos Novos, no período de 2007 a 2009, bem como as conclusões da referida auditoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0056/2010, de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre a data da realização da auditoria sobre a merenda escolar na Escola de Educação Básica Cruz e Sousa, de Tijucas, no período compreendido entre 2008 e 2009, bem como as conclusões da referida auditoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0057/2010, de autoria do sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do Estado, solicitando informações referentes à alimentação escolar nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0058/2010, de autoria do sr. deputado Silvío Dreveck, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as prestações de contas das obras já realizadas referentes ao restabelecimento da normalidade do tráfego na SC-301.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, apresento esse pedido de informação, porque há poucos dias recebi em meu gabinete um relatório do governo do estado, uma vez que renunciou ao mandato, das obras de recuperação no período em que ocorreram as enchentes e toda aquela situação climática em Santa Catarina. Chamou-me a atenção a SC-301, que faz a ligação entre Joinville, passando por Piraberaba, deputado Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves. Eu vi várias obras realizadas naquele trecho.

Ao mesmo tempo, vejo no jornal *A Notícia* uma matéria colocando que a mata tomou conta de todas as laterais, das placas de sinalização, das calhas de escoamento d'água. Então, é mais do que justo darmos uma satisfação à população, porque essas obras foram contratadas. Não sabemos o quanto custou e também não sabemos por que foi abandonada a rodovia.

Então, sr. presidente, precisamos saber o que está ocorrendo para dar transparência à população que está questionando o abandono da obra. Da mesma maneira, o pedido que fizemos referente à SC-301, que faz a ligação de São Bento do Sul com o distrito de Fragosos, no município de

Campo Alegre, que fica na divisa com o Paraná.

São duas obras de recuperação, mas somente foram colocadas placas de sinalização em meia pista. Já estão lá há mais de três meses, está indo para o quarto mês e nenhum sinal de qualquer iniciativa por parte da secretaria estadual que diz que realizou as obras.

É nesse sentido, sr. presidente, que queremos dar uma explicação ao povo catarinense, em especial ao povo do planalto norte.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, apenas gostaria de dizer ao deputado Silvío Dreveck que o caminho que ele citou era o caminho da roça do ex-secretário Mauro Mariani. Bem lembrado. Eu passei esses dias por lá e pensei que era o caminho da roça do deputado Mauro Mariani, que foi secretário da Infraestrutura. Ah! É verdade! Bem lembrado. Eu não sei se ele mora em Joinville ou em Rio Negrinho, eu não sei se ele virou meio nômade, mas ele passava por lá. Bem lembrado, deputado Silvío Dreveck. E o mato está lá, mas com certeza na época da eleição vai aparecer mato roçado e algumas plaquinhas na rodovia.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sem veneno, deputado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sem veneno, hoje estou só com açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, aprovado pelos srs. líderes, que solicita que a presente sessão seja suspensa para contemplarmos os vencedores do Prêmio Escola do Legislativo para Monografias Inéditas, que versou sobre o tema: Poder Legislativo e seus diversos aspectos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli e em nome dele todos os membros da Escola do Legislativo e, em especial, todos os vencedores do prêmio.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE Jorginho Mello - Com a palavra, pela ordem, mas com calma, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Estou muito calmo, sr. presidente, mas bastante triste, diga-se de passagem, por isso quero deixar registrada, em que pese já ter feito um requerimento solicitando o envio de mensagem de pesar à família, a minha tristeza em função da morte do vereador Marcos Mannes, do município de Guarimir, na semana passada. Até pedi a v. exa. e ao nosso presidente que justificassem a minha ausência em plenário, porque eu tinha que estar presente ao velório.

Fomos pegos todos de surpresa com a morte precoce do amigo Marcos Mannes,

que foi duas vezes presidente da Câmara de Vereadores de Guarimir e que pertence a uma família muito tradicional, do ramo de colchões, na nossa região. Ele era meu parceiro, meu amigo, grande companheiro no município de Guarimir e uma semana antes conversamos e trabalhamos juntos naquele município.

Então, queremos deixar registrado aqui, sr. presidente, o nosso sentimento de tristeza, estendendo-o a todos aqueles que eram seus amigos e que viam nele uma grande liderança do norte de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ronaldo Benedet, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, srs. deputados, após seis longos anos venho a esta tribuna para dizer da satisfação de conversar com a sociedade catarinense, através da TVAL, que tive o prazer de ajudar a constituir com os funcionários do meu gabinete, para que pudéssemos democratizar e mostrar a participação dos deputados, da Oposição e da Situação, a fim de que o povo do nosso estado conhecesse o trabalho do seu Parlamento.

E falando em Parlamento, quero deixar aqui registrada, mais uma vez, a minha convicção de que o melhor regime que existe é o parlamentarista e que sou um deputado parlamentarista, defensor do parlamentarismo como forma de governo adequada para o nosso país. Acredito que para o nosso país ter um amadurecimento político, para que o nosso país tenha o amadurecimento que precisa em termos de cidadania, temos que seguir o caminho dos países mais avançados do mundo e fazer uma reforma política para implantar o parlamentarismo brasileiro.

Há os que dizem que o Brasil não está preparado para o parlamentarismo, como à época da ditadura militar diziam que o Brasil não estava preparado para a democracia. Mas hoje já ficou demonstrado que o Brasil, que faz parte do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China -, é um dos países que mais estão crescendo no mundo, fruto da redemocratização, fruto das nossas lutas.

Quero dizer que as pesquisas desse final de semana mostraram o crescimento do nosso partido, do nosso candidato a governador, Eduardo Pinho Moreira, e a consolidação do nosso candidato a senador da República, Luiz Henrique da Silveira. Para nosso orgulho, o nosso candidato a governador do estado subiu nas pesquisas mais de 50%, foi o candidato que mais cresceu nas pesquisas. Já Luiz Henrique da Silveira, que fez a única administração no país que implantou uma proposta política diferente, que é a descentralização administrativa - e temos que levar esse projeto para outros estados brasileiros, para que o nosso país possa dar mais certo e ter ainda mais desenvolvimento, para que o poder público não atrapalhe o crescimento do nosso país -, está numa liderança segura nas intenções de voto para o Senado Federal.

Por isso, precisamos descentralizar a forma de administrar o nosso Brasil, porque a descentralização é exatamente o inverso das nossas origens portuguesas. Quem conhece Portugal como conheci, pois visitei as polícias daquele país, sabe que se trata de uma nação pequena em termos geográficos. A costa portuguesa é menor do que a costa catarinense, sendo que a polícia de Portugal em três horas está de automóvel em qualquer lugar do país. Isso demonstra que o centralismo na forma de administrar vem desde o tempo das

Ordenações Manuelinas, mas que não serve mais para administrar o nosso estado e muito menos o Brasil.

Assim, a descentralização do governador Luiz Henrique da Silveira, do governador Eduardo Pinho Moreira e agora do governador Leonel Pavan é um modelo no qual o Brasil deve espelhar-se, deve copiar e implantar por todo o território nacional, a fim de que possamos fazer justiça com todos os rincões, com todos os cantos do país, levando recursos públicos para todos os cidadãos, que clamam por desenvolvimento, o desenvolvimento que Santa Catarina teve nos últimos sete anos, pelo qual todas as regiões interioranas voltaram a crescer, a desenvolver-se.

Quero dizer que precisamos rediscutir o pacto federativo. A sociedade brasileira precisa entender por que faltam recursos para as estradas de Santa Catarina, como foi dito aqui hoje. Mas em função do esforço do governo Luiz Henrique/Eduardo Pinho Moreira/Leonel Pavan não haverá neste estado nenhum município sem ligação asfáltica. Todas as cidades que ainda não têm acesso asfaltado, ou estão em obras ou foram licitadas.

A hora é difícil. O governo do estado tem dificuldades, assim como os municípios têm muitas dificuldades porque 65% dos tributos do país ficam nas mãos do governo federal. Os municípios, que são os que têm o maior número de problemas, problemas de saúde, problemas de saneamento, problemas de estradas, problemas sociais, problemas de segurança, ficam com somente 12% do bolo tributário, ao passo que os estados ficam com 23%. E os nossos deputados federais acabam sempre andando de pires na mão pedindo esmolas para trazê-las para os prefeitos, em troca, muitas vezes, de favores, de votos, quando, na verdade, devem lutar para a implementação de uma política nacional que distribua de forma equânime as riquezas nacionais.

Quando foi aprovada a Constituição Cidadã, de 1988, cuja Constituinte foi presidida por Ulysses Guimarães, os recursos destinados aos municípios eram de mais de 20%. Hoje são apenas 12%, porque foram criados novos tributos que ficaram basicamente com o governo federal, deixando de lado o estado, deixando de lado o município, que é onde o cidadão vive, que é onde as coisas acontecem realmente.

Hoje as pesquisas mostram que o problema de Santa Catarina na área da saúde é decorrente da falta de recursos. É preciso colocar recursos nas mãos dos prefeitos para que eles resolvam os problemas nas cidades! É preciso colocar recursos nas mãos dos governadores para que eles resolvam os problemas de maior complexidade de forma regionalizada, como tem sido feito na área do câncer, por exemplo, aqui em Santa Catarina.

Lembro-me que a minha cidade, Criciúma, quando Eduardo Pinho Moreira foi prefeito, ficou entre os dez melhores municípios do Brasil na área da saúde pública. Depois o município foi perdendo recursos, vieram outros prefeitos e as dificuldades foram crescendo. E assim ocorreu em inúmeras áreas, nas quais os municípios precisam resolver seus problemas, mas não têm recursos. Se pegassem 20% de todos os tributos e encaminhassem aos municípios, haveria um aumento de quase 80% na sua arrecadação, dando-lhes condições de atuar nas áreas de risco social com educação integral. A educação integral, inclusive, é a sugestão para resolvermos nossas questões de segurança pública e quero trazer esse debate a esta Casa. E o prefeito pode, sim, se

tiver condições, resolver essa questão, para construirmos uma sociedade de paz sem conflitos sociais, sem problemas maiores dentro da sociedade.

É preciso atacar os problemas, mas para isso precisamos fazer as mudanças em nível nacional. E estamos fazendo este ano um debate para deputado estadual, federal, senador, governador e presidente da República. Mas o debate federal tem que ser na linha de buscar soluções para o nosso país e não migalhas onde mais existem recursos. E as soluções passam pelos problemas de uma reforma política, para que possamos distribuir melhor aos municípios os tributos arrecadados em nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Silvio Dreveck, consulte v.exa. se deseja fazer uso da palavra, porque o desejo é encerrar a sessão por falta de quórum.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Desejo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Concedo, então, a palavra ao deputado Silvio Dreveck, como último orador inscrito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia deixar de me manifestar como líder da bancada progressista para fazer aqui, em primeiro lugar, um agradecimento por conta do encontro de nossas lideranças que aconteceu no último dia 10, sábado, no Centrosul.

Quero agradecer à nossa bancada, aos deputados estaduais por colaborarem com essa iniciativa, com essa ideia; quero agradecer aos nossos deputados federais, na pessoa do deputado Odacir Zonta, ao líder da nossa bancada no Congresso Federal, na Câmara dos Deputados, mais especificamente, deputado João Alberto Pizzolatti, e à nossa deputada federal e pré-candidata Angela Amin.

Em nome das bancadas, em nome dos partidos, quero agradecer aos nossos prefeitos, aos nossos vereadores, aos vice-prefeitos, aos ex-vereadores, aos ex-prefeitos e a toda liderança do estado de Santa Catarina que, além de marcaram presença, deputado Valmir Comin, v.exa. que preside a sessão neste momento, se manifestaram não só na empolgação das eleições, como, acima de tudo, participaram, contribuíram com um projeto que estamos construindo ou preparando a sua construção para o futuro de Santa Catarina.

Há poucos instantes ouvi aqui a manifestação do deputado Ronaldo Benedet. E quando ele coloca a participação dos municípios na receita do PIB nacional, isso não deixa de ser verdadeiro. Em contrapartida, deputado Valmir Comin, o modelo que está acontecendo também em Santa Catarina não é o que deve ser praticado, uma vez que se diz, teoricamente, que descentraliza e, ao mesmo tempo, se retira dinheiro dos municípios, a exemplo do que aconteceu através do Seitec, em função do qual R\$ 121 milhões deixaram de ser repassados aos municípios. Obviamente que vai faltar dinheiro para a Saúde, para a Educação e obviamente que não há dinheiro para as rodovias.

Mas o nosso objetivo, além da motivação que também fez parte desse encontro, é dar oportunidade de participação a um projeto construído por todas as lideranças comunitárias que vivem em seus municípios e sabem o que é mais importante para cada comunidade.

Por isso, mais uma vez, em nome da bancada progressista, o nosso muito obrigado

a todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, demais colaboradores, lideranças que compareceram a esse encontro, bem como a toda a imprensa que lá marcou presença.

Ouvindo, hoje, sr. presidente, as manifestações sobre as medidas provisórias que estão nesta Casa, confesso que fiquei estarecido depois que escutei pronunciamentos de alguns deputados, nesta Casa, ligados, principalmente, ao partido do governador que renunciou, alegando que nós não podemos apresentar emendas porque isso é inconstitucional, porque não têm validade, porque não cabe a nós fazermos.

Srs. deputados, sr. governador que já deixou o mandato, com todo o respeito, sete anos se passaram e não veio para cá nenhum projeto de lei que fizesse a revisão salarial de todos os servidores, desde o mais humilde ao mais graduado! Se nada veio ao aposentado em sete anos, não será em menos de sete dias que iremos assumir essa responsabilidade! Sete anos se passaram e não veio para esta Casa um projeto de lei para fazer a reposição salarial, pelo menos da inflação, e não será em sete dias que teremos condições de analisar essas emendas.

Agora, peço à nossa bancada ou àqueles deputados que assim entenderem, que a reposição e a revisão anual sejam feitas. Como não foram feitas, nós vamos, sim, deputado Valmir Comin, fazer as nossas emendas aditivas para conceder a todos os funcionários, a todo servidor público do estado de Santa Catarina da Saúde, da Educação, da Segurança, da Administração, da Fazenda, da Epagri, da Agricultura, da Fatma e assim por diante.

Para outras instituições que estão aqui reivindicando também, vamos fazer, sim, porque é justo. O que não se pode admitir é o que fez governador Luiz Henrique que ao deixar o governo encaminhou a esta Casa projetos de lei beneficiando alguns funcionários. Não estamos aqui dizendo que essa matéria é injusta, só não podemos permitir que não sejam beneficiados todos os funcionários.

Eu nunca vi, srs. deputados, srs. telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC, um governo mandar para cá projetos de lei, transformados hoje em medidas provisórias, concedendo gratificações, reposições para 2011! Em primeiro lugar, o mandato termina em 31 de dezembro de 2010; em segundo lugar, teremos, em 2011, outro Orçamento; e, em terceiro lugar, será um novo governo, com prioridades diferentes e que certamente adotará uma política salarial que faça justiça para todos, pois se diferente fosse, os atuais prefeitos poderiam também encaminhar projetos de lei concedendo gratificações que adentrassem aos mandatos dos próximos prefeitos.

É muito deboche! Isso é um desrespeito ao cidadão catarinense que paga seus impostos! E até o momento, deputado Valmir Comin, não vi nesta Casa nenhum documento, nenhuma fala, nenhum pronunciamento de quem quer que seja para nos dizer de quanto será o impacto financeiro. Isso é muito grave! Nós precisamos saber de quanto será o impacto financeiro. Não vou aprovar aqui antes de obter essa informação. E sugiro aos colegas deputados que pressionem o estado para informar de quanto será o impacto financeiro para 2011. Não vamos nem falar de 2010.

Portanto, vamos ficar atento e fazer com que as nossas emendas beneficiem todos os servidores.

Deputado Valmir Comin, tenho um assunto muito importante aqui para ser

tratado, que vai ficar para uma próxima oportunidade, a respeito das oliveiras que estão produzindo azeitonas em Santa Catarina.

Só para se ter uma ideia, o Brasil está gastando US\$ 250 milhões por ano com importação de azeitona e de azeite de oliva. Em Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin)(Faz soar a campainha) - Como v.ex.a. está falando de um tema tão importante, conceder-lhe-ei mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Só quero fazer uma breve introdução ao tema, presidente.

Como estava falando, o país está importando US\$ 250 milhões, não são reais, em azeite e azeitona, e nós, em Santa Catarina, estamos dando um passo importante.

E quero, neste momento, fazer um

registro sobre a Epagri, pois essa empresa merece o reconhecimento não só dos catarinenses, mas de todos os brasileiros, pela contribuição que está dando ao desenvolvimento dessa cultura, gerando uma nova alternativa econômica no estado, principalmente diante de tantos problemas que algumas regiões apresentam e que agora poderão, através do cultivo das oliveiras, resgatar um pouco da sua economia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes matérias para a Ordem do Dia da 028ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 14 de abril de 2010:

Discussão e votação em turno único da admissibilidade das Medidas Provisórias n.ºs 0176/2010; 0177/2010; 0178/2010 e 0179/2010;

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n.º 0003/2010;

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.ºs: 0005/2010; 0014/2010; 0019/2010; 0030/2010; 0058/2007; 0234/2009; 0523/2009 e 0583/2009;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.º 0360/2009; e

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda Constitucional n.º 0001/2010.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental. Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 279, de 15 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor MAURO RENAN FOGACA RIBAS, matrícula nº 3356, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de abril de 2010 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 280, de 15 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor JUCINEI ADRIANO CARDOSO, matrícula nº 5586, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de abril de 2010 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 281, de 15 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR JUCINEI ADRIANO CARDOSO, matrícula nº 5586, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 15 de abril de 2010 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA DEBATER O ATUAL MOMENTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CELESC, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2010, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dez, às nove horas, realizou-se no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), a audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo Deputado Romildo Titon (PMDB), e pela Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo Deputado Marcos Vieira (PSDB), com o objetivo de discutir o atual momento político-administrativo vivido pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). A audiência pública foi presidida pelo Deputado Romildo Titon, que abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e chamou para

tomar assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Marcos Vieira; Sérgio Rodrigues Alves, Presidente da Celesc Holding; Alfredo Felipe da Luz Sobrinho, Presidente da Celesc Distribuição S/A; Arno Veiga Cugnier, representante da Intercel; Doutor Ricardo Paladino, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, representando o Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, Doutor Gercino Gerson Gomes Neto; Deputado Estadual Décio Góes; Deputado Estadual Elizeu Mattos; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Deputado Estadual José Natal; Deputado Estadual Lício Mauro da Silveira; Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; Deputado Estadual Silvio Dreveck; Deputado Estadual Renato Hinnig; Deputado Estadual Pedro Uczai; Jair Maurino Fonseca, representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc; Paulo Henrique Simon, Presidente do Conselho dos Consumidores da Celesc. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao senhor Sérgio Rodrigues Alves, Presidente da Celesc, que saudou todos os presentes e disse ser um privilégio estar na Assembleia novamente, o que aconteceu anteriormente na condição de Secretário da Fazenda e que naquele momento

estava como presidente da Celesc Holding, atendendo convite da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrou colocando-se à disposição para as informações e os esclarecimentos que se fizerem necessários com relação à Celesc. Dando continuidade, de acordo com a ordem de inscrição, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Marcos Vieira, que cumprimentou os membros da mesa e a plenária e disse que na semana anterior a CCJ e a Comissão de Finanças e Tributação haviam deliberado por unanimidade pela realização daquela audiência pública, que tinha o intuito de discutir a assembleia geral extraordinária da Celesc convocada para o dia trinta e um de março de 2010, principalmente em função do item que propunha a alteração do estatuto da empresa. Afirmou que há muito tempo vem sendo procurado por empregados da Celesc questionando a situação da empresa, principalmente no que diz respeito à referida assembleia geral, e que para se inteirar da questão solicitou à sua assessoria que fizesse um levantamento do quadro da Celesc, observando que o edital publicado não faz qualquer menção à Lei 13.570, de 2005, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a promover a reorganização administrativa, técnica e societária da Celesc. Dirigiu-se ao Presidente da Celesc dizendo que tinha vários questionamentos a fazer em relação às alterações estatutárias propostas, mas que, em função do tempo, citaria apenas alguns: o que tira do acionista majoritário, que é o governo do Estado, a prerrogativa de indicar membros para o Conselho de Administração; o que tira dos empregados, na prática, a oportunidade de eleger entre seus pares o representante no Conselho de Administração, já que a proposta é que qualquer candidato ao Conselho de Administração tenha experiência como executivo-administrador em empresas que atuam no mesmo setor; a proposta de alteração vedando a possibilidade de a diretoria executiva da empresa optar por representa-se por outro diretor no Conselho de Administração que não o presidente; como o estabelecimento de reuniões virtuais, ensejando que qualquer propósito de converter as ações preferenciais em ordinárias seja efetivado; como a redação que fala em destituição de diretores no Conselho de Administração. Questionou também sobre o acordo de cooperação técnica assinado entre a Celesc e a Cemig, em que nenhum dos artigos estipulados no acordo foram colocados em prática, a não ser a remessa de informação da Celesc à Cemig, demonstrando a preocupação e o risco de venda da Celesc. Afirmou ser contra a privatização da Celesc e para justificar a sua preocupação, citou matéria que saiu recentemente na Folha de S.Paulo ou no Estadão, que tratava da venda de 30% das ações da Cemig para a Andrade Gutierrez, num aporte financeiro àquela empresa de cerca de R\$ 2,5 bilhões. E perguntou: "Não estará uma empresa privada, por intermédio da Cemig, querendo comprar parte da Celesc?" Informou que tem conversado muito com os demais deputados sobre o assunto, inclusive com o Líder do Governo, e que o mesmo havia dito ser contra a privatização da Celesc ou a venda de qualquer das suas ações para a iniciativa privada. Concluindo, disse que gostaria de obter a confirmação da Celesc Holding, da Celesc Distribuição e da Celesc Geração, a fim de clarear bem a situação, para as seguintes perguntas: a Celesc vai ser vendida ou não? As modificações que serão feitas no estatuto vão proporcionar essa possibilidade num futuro próximo ou não? E se for verdadeiro, por que se está fazendo isso sem autorização da Alesc? O Presidente, Deputado Romildo Titon, retomou a palavra chamando para compor a mesa o senhor Jair Maurino Fonseca, representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, e o senhor Paulo Henrique Simon, Presidente do Conselho dos Consumidores da Celesc, e informou que em conversa com o Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, este acha melhor o senhor Sérgio Alves ir respondendo aos questionamentos feitos. Assim, passou a palavra ao senhor Sérgio Alves, Presidente da Celesc, que inicia dizendo que as colocações do Deputado Marcos Vieira são extremamente oportunas e que de forma objetiva iria prestar alguns esclarecimentos. Reafirmou o que já havia dito no Jornal da Celesc, de agosto e setembro de 2009, ou seja, que a Celesc não estava à venda, mas que não tinha dúvida que qualquer empresa do ramo energético teria interesse nela, tendo em vista ser uma empresa grande e oportuna, e que inclusive costumava brincar dizendo que é uma excelente noiva,

com quem todos querem casar. Mas reiterou, como presidente da *holding*, que não existe esse propósito de venda em nenhum momento, assim como tem repetido em diversas ocasiões que na sua gestão o tema privatização não está em questão, afirmando: "Não vou permitir, se assim me couber, a possibilidade de privatização dentro da minha gestão. É um compromisso já assumido desde o início, é um compromisso de governo, então acho que este tema está superado!" Com relação às alterações estatutárias propostas, esclareceu serem adequações em função de situações já consolidadas e que acontecem na prática, e citou alguns exemplos: que hoje a prática dentro do Conselho de Administração é de reuniões mensais mas que pela Lei 13.570, da desverticalização, está colocado como reuniões bimensais; que sobre as reuniões não presenciais do Conselho, informou que é uma atualização em relação aos recursos técnicos, à tecnologia da modernidade, a exemplo do próprio governo do Estado, que adota o governo eletrônico, e que não significa que todas sejam não presenciais, somente aquelas que se fazem necessárias, são casos pontuais, exemplificando que recentemente tiveram que fazer um aditivo ao contrato de concessão com a Aneel em razão das discussões de tarifas que foram cobradas a mais, e que tinham o prazo de dez dias para apresentar o contrato, sendo impossível fazer o estudo de avaliação técnico-financeira, de avaliação do Comitê Estratégico, sendo depois encaminhado ao Conselho para aprovação ou não num curto espaço de tempo. Esclareceu que em momento algum se está tratando de um novo acordo de acionista ou que se está fazendo alguma coisa que não seja visando adotar as melhores práticas de gestão corporativa, sendo alterações que não mexem com o controle ou criam risco de se perder o controle ou de se vender a companhia. Mencionou um outro aspecto interessante nessa proposta de alteração de estatuto, que é a oficialização da obrigatoriedade do planejamento estratégico e do contrato de gestão. Quanto ao questionamento feito sobre a Cemig ou o interesse em outros contatos, destacou que também ficou sabendo pela imprensa que a Copel teria interesse na Celesc, já que em momento algum foi procurado por qualquer dirigente da Copel ou da Cemig para tratar da compra ou da participação dentro da Celesc, mencionando que a única coisa existente com a Cemig foi o estabelecimento de um acordo eminentemente técnico e operacional, para a troca de experiências (acredita que tenha sido esse o objetivo), a fim de melhorar a eficiência do trabalho com relação ao desempenho da Celesc, e que na sequência da audiência o Presidente Felipe poderia tecer maiores comentários com relação a esse ponto. Mas voltou a frisar que em momento algum foi procurado, ou entrou em pauta, ou se discutiu aspectos de controle, aspectos de compra e venda da Celesc. Concluiu suas explicações agradecendo a oportunidade a esperando ter respondido todos os questionamentos do Deputado Marcos Vieira. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Deputado Romildo Titon, agradeceu ao Presidente Sérgio as explicações dadas, convidou para fazer parte da mesa o Deputado Estadual Reno Caramori e registrou a presença dos senhores Clênio José Braganholo, Presidente da Associação dos Profissionais da Celesc; Gilberto Odilon Eggers, Diretor de Gestão Corporativa da Celesc Distribuição; Marco Aurélio Dutra, Diretor Administrativo-Financeiro da Celesc Geração; e Wilson Teixeira Junior, Diretor Institucional e de Relações com Investidores da Celesc Holding. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Lício Mauro da Silveira, dizendo que ele tinha até cinco minutos, tendo em vista o acordo construído entre os Parlamentares, sendo interrompido pelo Deputado Silvio Dreveck, que pedindo a palavra pela ordem informou que a sua bancada havia definido que o seu tempo e o do Deputado Joares Ponticelli seriam destinados ao Deputado Lício Mauro da Silveira. O Senhor presidente então concedeu a palavra ao Deputado Lício por dez minutos. Fazendo uso da palavra, o Deputado Lício Mauro da Silveira cumprimentou todos os presentes, ressaltando que o papel do Deputado Elizeu Mattos, Líder do Governo, era fundamental em todo o processo; que o joinvilense Sérgio Alves, assim como ele, havia lhe dito há um tempo que o seu papel principal não era o de privatizar a empresa, mas de fazer da empresa a maior e a melhor do Estado, e que por isso ele não precisaria se constranger diante dos comentários que faria naquele momento, talvez até ofendendo-o, e que por isso já pedia desculpas antecipada-

mente; e que sobre o Doutor Felipe, diretor novo na empresa, já havia tido a oportunidade de se manifestar com algumas palavras sobre o seu comportamento, o seu caráter e à sua personalidade. Manifestou a sua posição sobre a realização da assembleia geral que propõe alterações significativas no controle da Celesc, dizendo ser a mesma intempestiva e totalmente inoportuna, enumerando várias razões: mudança de governo anunciada pelo próprio Governador Luiz Henrique, provavelmente havendo mudança de diretores, presidente, prováveis conselheiros, assessores especiais, dentre outros; desrespeito à Lei 13.570, discutida amplamente com a sociedade na Alesc, com todos os funcionários, com a Intercel, dentro da Celesc, dentro do Palácio do Governo, para que se tivesse um contrato de gestão; proposta de mudança estatutária não discutida internamente na empresa, uma vez que o presidente da Celesc Distribuição e os diretores a desconheciam, assim como a Intercel, na pessoa do Arno, e o Jair também não participaram desse processo. Perguntou se o vice-Governador Pavan havia sido consultado sobre isso, quem poderia dar essa resposta, e afirmou que se ele foi consultado, todos teriam que se unir para que isso não acontecesse. Sobre os itens de pauta do edital, em função do curto tempo para se manifestar, o Deputado Lício se ateve a dois itens. Em relação ao terceiro item, do Conselho de Administração, que estabelece requisitos para o cargo; reuniões mensais do Conselho; possibilidade de reuniões não presenciais; e regras para desempate e alteração do valor de alçada para assinatura de contratos, destacou que o chamamento para o estabelecimento de requisitos para o cargo é muito grave, porque os poderes delegados poderão colocar quem desejarem, sem que o governo, que é o dono da empresa, tenha condições de colocar profissionais gabaritados e com interesse na sociedade catarinense e nos celesquianos, abrindo mão do poder de mando, do controle acionário da empresa sem nenhum lucro para o Estado, e que com isso a empresa fatalmente será privatizada, pois será comandada por quem tem o menor número de ações, que é o governo, ganhando com essa alteração somente um grupo de quatro ou cinco acionistas, que será o dono da empresa. Afirmou que, na realidade, é o reconhecimento da falência, da incompetência do Estado na administração de uma empresa estatal, e questionou se falta gente competente para manter a Celesc pública e competitiva ou faltam palavra e vergonha àqueles que a empenharam no governo catarinense e que agora simplesmente saem entregando o patrimônio dos catarinenses para exploradores interessados somente no lucro. Ironizou dizendo que a continuar essa situação, de pessoas que só pensam em ganhar dinheiro à custa da sociedade, daqui a pouco eles indicarão os secretários e os Governadores. Dirigiu-se ao Governador dizendo que aquilo era um papelão, citando: "Que venha a mim o Senado e aos catarinense aquela mensagem: que se danem!" Em relação às regras de desempate, afirmou que hoje o voto de minerva é do presidente, mas pela proposta deixa de existir a maioria do Estado, sendo uma decisão por consenso. Com essa mudança de regra, o presidente passa a ser uma figura decorativa em uma das prateleiras da privatização, não tendo mais poder de decisão, e se não tem, o Estado também não tem. Outro ponto levantado no edital é a possibilidade de reuniões não presenciais, e sobre esse item o Deputado Lício se manifestou dizendo que realmente é um instrumento prático, mas somente quando não existem interesses obscuros envolvendo as decisões, e avaliou que sobre reuniões desse tipo os próprios conselheiros, os funcionários e a população em geral não terão tempo de assimilar as prováveis, entre outras, jogadas que estão por trás dos acertos de interesseiros, como já aconteceu numa invasão feita que interrompeu uma reunião do Conselho, oportunidade me que foi mostrada a garra de todos os celesquianos, afirmando que essa garra será mostrada novamente na defesa dos interesses da sociedade de Santa Catarina, dos interesses da Celesc. Reafirmou que as reuniões não presenciais ou virtuais são um instrumento ágil, mas que neste momento vivido pela Celesc, tornam-se graves, perigosas e são questionáveis. (*Taquigrafo-revisor: Siomara Gonçalves Videira.*) Falou sobre a criação de um comitê específico do Conselho para seleção de candidatos a diretores das empresas e disse ter comentado anteriormente que a criação desse comitê deve ser discutida publicamente porque fere a Lei

13.570/2005. Frisou que poderão ser indicados diretores sob encomenda e que isso é uma afronta, porque nesse momento o Governo vai mudar e, por interesses outros, as algemas já estão preparadas para o amanhã e essa decisão favorecerá a geração de lucros líquidos para a empresa, resultando em maiores dividendos aos acionistas. Lembrou que o balanço da empresa de dois mil e oito deu um lucro líquido de duzentos e cinquenta e oito milhões; que em dois mil e nove o lucro foi de cento e vinte e sete milhões; e que tem projeções maiores de dois mil e nove para dois mil e dez, mas o sistema de distribuição não dispõe de nenhum material para reparos e manutenção. Disse que está sendo desarmado dentro do próprio trabalho por não ter condições de dar resposta ao consumidor, porque há quase oito anos há mudança no estatuto e outras mudanças. Falou que os dirigentes e assessores que estão não têm compromisso com o povo. Pediu a atenção dos Deputados porque essa situação colocará em risco a renovação do contrato com a Aneel que vence em dois mil e doze, registrando que o doutor Felipe Luz sabe disso, está preocupado, já mandou comprar um pouco de material, mas mesmo assim não dá, o importante é que está tomando as providências e que não sabia o que estava acontecendo no momento. Afirmou que o sistema de distribuição está tecnologicamente saturado, registrando que até seu gabinete virou gabinete de reclamação da Celesc, que as pessoas fazem solicitações e eles ainda têm que responder para comprarem o material, só que compram o material mais barato, que não é padronizado, que criará problemas futuros na operação, piorando os índices de desempenho que tanto orgulham os catarinenses como os melhores do Brasil. Reafirmou que o sistema de distribuição está tecnologicamente saturado e a demanda não está sendo atendida e, como consequência, o sistema entrará em colapso, dizendo que o interesse é de alguns que não tem coragem de aparecer nesse momento. Lamentou não ter tempo para discutir critérios de avaliação dos diretores frente aos contratos de gestão. Para encerrar, expressou a sua opinião, deixando claro ao povo catarinense e a todos os presentes que tudo está prévia e arditamente preparado para tirar o maior lucro possível da empresa, em detrimento da nossa sociedade e dos nossos celesquianos. Conclamou, mais uma vez, a todos os Deputados, ressaltando o papel do Líder do Governo, Deputado Elizeu Mattos, que se prontificou, num acordo de líderes, a conversar com o Presidente da Celesc Holding para que essa assembleia não fosse feita no dia trinta e um. Reforçou o pedido aos Deputados para não avalizarem a realização dessa assembleia, apelando também à Intercel, à Associação dos Aposentados da Abecelesc e à população catarinense para que ajudem a barrar essa assembleia absurda, cujas decisões o Estado nada ganha, mas alguns ganharão. Disse ao Presidente da Celesc que não vão aceitar isso e registrou que recebeu a informação de que a Celesc já começou a ser multada pelo não-atendimento do contrato de concessão em relação ao consumidor, sendo que o valor do investimento que ela está sendo multada devido à reclamação do consumidor é de cento e cinquenta mil e a multa é de um milhão, e o pior é que estão ligando consumidores do Grupo A sem medidores. Finalizando, registrou que energia elétrica é desenvolvimento econômico e social e conclamou todos a irem à luta. Continuando a audiência pública, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Romildo Titon, passou palavra ao Deputado Estadual Elizeu Mattos que deixou claro que a sua posição é contra a privatização. Comentou que se fala muito em lucro, mas o lucro que todos querem é para seis milhões de habitantes, para todos os catarinenses e não para duas ou três pessoas. Deixou registrado que a Celesc é mais que uma empresa de distribuição, é uma agência de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e orgulho de todos os catarinenses. Perguntou ao Presidente da Celesc se essa assembleia que está sendo marcada para o dia trinta e um pode levar a Celesc à privatização, agora ou no futuro, afirmando que se correr esse risco ele se manifesta totalmente contrário à sua realização. Em seguida, o senhor Sérgio Rodrigues Alves, Presidente da Celesc Holding, garantiu ao Deputado Elizeu Mattos que não corre o risco de privatização. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Estadual José Natal que cumprimentou todos e disse que a maioria das pessoas que estavam ali contribuíram com a Celesc e a

colocaram no patamar que se encontra, salientando que o grande número de técnicos e de conhecedores da prática garante a sobrevivência da empresa. Registrou que a Bancada do PSDB elegeu o Deputado Marcos Vieira para direcionar essa questão da Celesc. Posicionou-se contrariamente porque ela está de pé até hoje e se não está em condições é por que não deram oportunidade aos funcionários. Encerrando, parabenizou o Deputado Lício. Em seguida, fez uso da palavra o Senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, iniciou referindo-se à pergunta que o Deputado Elizeu Mattos fez ao Presidente Sérgio, afirmando que continua com severas dúvidas quanto à privatização ou não da Celesc, já que no convênio entre a Celesc e a Cemig, na cláusula segunda, que fala das áreas de cooperação entre as partes, o que lhe chamou a atenção foi que nenhuma informação saiu da Cemig para a Celesc, mas todo o cérebro, o coração da Celesc hoje já está nas mãos da Cemig, todo o composto societário, onde fala da estrutura de capital, do conselho de administração e controle, participação de empresas competitivas de aquisição e de desinvestimentos, todo o composto financeiro, demonstrações financeiras e sistemas de formações gerenciais, demonstrativo de resultado de exercício, balanço patrimonial, todo o composto comercial e legal no que diz respeito aos clientes, como contratos, operações com relação ao cliente, regulamentação antitruste, seguros, enfim, questão de impostos, ativo imobilizado, sobre funcionários, previdência, questão ambiental. Disse que achou o jornal que fala que a Andrade Gutierrez fecha acordo para ter 33% da Cemig, afirmando que vem acompanhando essa questão há muito tempo e que continuava com severas dúvidas de que a Celesc não será privatizada. Ressaltou que se o Presidente da Celesc quiser dar uma demonstração de apreço com Santa Catarina e com a Celesc, fez um pedido para que cancele a assembléia marcada para o dia trinta e um. Continuando, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Romildo Titon, após registrar a presença do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, de Blumenau; do Vereador Jair Fagundes, de Campos Novos, funcionário da Celesc; e do Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos; passou a palavra ao senhor Arno Veiga Cugnier, representando a Intercel, que cumprimentou os presentes e afirmou que vai se ater à questão do edital, aos requisitos para escolha de conselheiros, salientando que a montagem do Conselho de Administração da Celesc é voltada para uma série de composições, para atendimento social, qualificação de energia, valorização dos empregados e também para o lucro. Frisou que a montagem do Conselho foi composta na Lei 12.130, de 2001, na Assembléia Legislativa, e depois recomposta, da mesma forma, na Lei 13.570, de dois mil e cinco, com sete componentes do Governo; um representante de acionista minoritário; um representante dos empregados; um representante da Fiesc, consumidora de energia; um representante da Federação do Comércio; e um representante do Conselho de Consumidores para discutir melhor a Celesc, com mais profundidade no seu âmbito total. Explicou que a proposição do edital é a modificação desse Conselho para representantes executivos, com experiência em empresas de grande porte do setor ou não e que terão uma única visão, que é o resultado, o lucro. Falou que analisando os outros pontos da pauta pode-se concluir se é uma privatização ou não, exemplificando as reuniões mensais, que seriam muito boas e que foram propostas várias vezes para dar conta das demandas que existem como as modificações nas leis federais, estaduais, nas resoluções dos congressos dos empregados, mas nunca foi aceito no conselho, e daí vem a outra pegada que são as reuniões virtuais, e não presenciais, citando que a pessoa pode estar viajando e qualquer membro do Conselho, qualquer um dos executivos pode estar aqui ou na sua cidade e de lá decidir seu voto, não precisando discutir com ninguém. Imaginou os Deputados não precisando estar na Assembléia para debater as pautas que existem das demandas das regionais, eles decidindo por aí, em reuniões que queiram fazer, salientando que assim vão ser as reuniões do Conselho de Administração da Celesc, que estão propostas e está escrito. Continuando, relatou sobre o valor da contratação da Celesc que baixou de 1/20 para 1/200; que a licitação na empresa não dá mais autorização para a Diretoria Executiva, para esses que eles pretendem escolher, de um valor acima de quinhentos mil reais, comentando que existem licitações maiores do que essas,

porque a Celesc não é uma empresa pequena, tem contratos de compra de energia que vai até dois mil e dezessete ou até dois mil e trinta e são de bilhões de reais. Afirmou que o Conselho de Administração não pode agora "catraquear" a Diretoria para começar a decidir como executores e se fosse assim não precisaria mais de Diretoria Executiva, e pode acontecer uma diminuição de custo operacional, com todos que queiram contratar, seja acordo coletivo de trabalho; acordo de cargos e salários; contrato com empreiteiras ou outros, então tem que diminuir o valor da Diretoria para ela poder decidir. O comitê de escolha de diretores é montado por cinco, pela totalidade dos acionistas minoritários e pelo acionista majoritário, só que agora não é pela totalidade, são cinco para ser igual, e a desigualdade se dará na escolha do executivo experiente em recrutamento de executivos, de experiência internacional que vai dar o voto de desempate talvez nesse processo, mesmo assim vão escolher uma assessoria em que tudo é pago pela viúva e que seja experiente também, do mesmo país que esse executor para recrutar os executivos da Celesc e serão colocadas listas de cinco nomes. Falou que pode ser eleito um Diretor Comercial, que vai compor esses cinco nomes e um desses é que pode ser escolhido no Conselho, concluindo que, desta forma, vai ser composta a Diretoria. Explicou que será uma diretoria de executivos e que não se sabe para quê; daí a desconfiança de diminuir o valor que esses executivos vão decidir pela Celesc, já que está tão rigorosa a escolha de gente experiente. Frisou a questão do desempate, dizendo que não sabe por que vai dar empate se a maioria é do Governo do Estado, o controle é dos catarinenses, no Conselho de Administração e na assembléia de acionistas. Questionou o critério de desempate, porque alguém poderia fugir da raia na hora do Conselho de Administração decidir e aí promover o empate. Deixou claro que gosta da teoria do consenso, mas quer ver um processo de desempate buscando o consenso que é falado, e não essa questão que está aqui, ressaltando que toda essa composição vem resultar numa modificação do estatuto na distribuição de dividendos. Elogiou quem fez o texto, porque foi muito bem escrito e de um jeito que podem ser distribuídos dividendos semestralmente ou mensalmente, conforme vai decidir o Conselho, afirmando que quando são antecipados dividendos também podem ser mitigados tributos e outras coisas. Registrou que isso já foi feito, mas vai ser decidida essa distribuição no mês que vai dar lucro muito elevado e pode ser decidido que não será investido nada e que vai ser distribuído dividendo, o lucro todo, em uma reunião não presencial. Então, toda a composição dessa proposta resulta numa proposta em que o acionista minoritário agora vai mandar na empresa, aí está a visão para saber se isso é privatização ou não, porque se o acionista minoritário controla a Celesc, isto é, sim, privatização! Não é mais o Estado que manda, seja o Governador Pavan agora ou o futuro Governador, que entrará em dois mil e onze, deixando rescaldo para ser discutido lá na frente pela Assembléia Legislativa, num total desrespeito com esta Casa, que propôs alterações de escolha de diretores prevista na Lei 13.570. Disse que primeiro tinha que passar na Assembléia, mas primeiro passa no Conselho, depois na assembléia de acionistas para ter a coisa como certa e depois dizem que tudo já foi decidido lá na Celesc. Então, fica fácil discutir aqui na Assembléia Legislativa nesse ano de eleições quando muitos interesses estão em jogo. Finalizando, pergunta: por que soa tão diferente a nossa manifestação da do Presidente Sérgio? Porque nós aqui estamos defendendo o interesse público, o serviço social da Celesc, que tem lucro, sim, para os acionistas e as suas manifestações, sejam para os empregados, como saiu na imprensa, como saiu na televisão, é a defesa do interesse do acionista minoritário! Prossequindo a audiência pública, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Romildo Titon, explicou que serão intercaladas as respostas e concedeu a palavra ao senhor Alfredo Felipe da Luz Sobrinho, Presidente da Celesc Distribuição S/A, que cumprimenta as autoridades e todos os presentes, afirmando que assinaria embaixo de todos os cartazes expostos. Disse entender que se pode ter uma Celesc pública, fazendo uma pequena distinção: uma coisa é uma empresa pública e eficiente e outra coisa é uma empresa estatal pesada (e isso ninguém quer). Registrou que não participou da proposta da Assembleia, mas que se lembra do

porquê de tudo isso estar ocorrendo, falando que o povo catarinense tem a tradição de honradez, não tem a imagem de caloteiro e não é caloteiro, mas em algum momento o Estado de Santa Catarina lançou debêntures da Invesc e deixou de pagar. Perguntou o que faz qualquer um que tem uma garantia, no caso as ações da Celesc, que não poderia ter sido dada porque essa Assembleia não se manifestou, e o credor apresentou as debêntures e as ações da Celesc. Comentou que a Previ tem 30% da Celesc, que é uma participação muito grande, e os acionistas da Previ estão no Conselho de Administração às vezes auxiliando na governança corporativa, às vezes causando alguns pequenos empecilhos. Na sua opinião, o primeiro ponto a ser discutido seria o seguinte: por que o Estado de Santa Catarina não recompra essas ações? Disse que elas não deveriam ser da Previ, ela dá um calote e daí toma as ações. Considerou ser lamentável o que ocorreu e que não estava aqui naquele momento, certamente há mais de vinte anos, mas foi uma coisa que hoje perturba a gestão, porque o Estado tem só 50,23%, é o dono, mas não se pode esquecer que a Lei das S.As dá direito aos minoritários, e os minoritários reclamam. E para ser dono o ideal seria que o Estado tivesse uma participação num nível de 80 ou 90%. afirmou que não vai ocorrer privatização mesmo por que esse assunto teria que transitar pela Assembleia e ele não vê entre os Senhores Deputados um que seja a favor da privatização, pois a qualquer momento esse processo poderia ser interrompido pela Assembleia, porque ela quer também uma Celesc eficiente, uma Celesc que consiga a renovação da Aneel. Teceu comentários sobre a falta de material, dizendo que nas últimas duas reuniões só tratou desse assunto e mostrou-se indignado como todos estão. Apresentou uma carta assinada por todos os regionais da Celesc dando apoio a esse trabalho que ele está fazendo, procurando lotar a companhia de material indispensável e, na próxima reunião do Conselho, irá propor uma verba adicional. Disse sentir dó de um sujeito que assumiu a Celesc há muito pouco tempo e logo no início enfrentou uma oposição ferrenha, algumas coisas até injustas, mas que ele é uma pessoa que sempre teve uma vida decente, íntegra, de quarenta anos de trabalho e que não pode jogar fora e não vai deixar que jogue fora, frisando que aceitou a Celesc com uma responsabilidade que é melhorar a gestão dela, porque ninguém tem dúvida de que a Celesc tem um corpo técnico e administrativo perfeito, de que a gerência administrativa também é muito boa, mas que é necessário caminhar passo a passo, não se pode atropelar. Reportou-se aos itens da assembleia que não foi consultado previamente e depois viu alguns deles, enfatizando que alguns itens parecem normais e outros mereceriam uma atenção melhor, mas o problema é que não haverá tempo. Lembrou que a assembleia foi marcada para o dia trinta e um e poderia haver um grande consenso no sentido de ser feita em outra época. (*Taqui grafo-revisor: Ione Teresinha Reis de Melo.*) Acha que a Assembleia Legislativa tem entendimento próprio e que certamente entrará no assunto com o senhor Governador que ainda está no cargo, já que amanhã o Vice-Governador Leonel Pavan assumirá o Governo do Estado. Para ele, o diálogo tem que ser esgotado e norteado pela Celesc pública, eficiente e com a renovação assegurada. Através da Cemig, disse ter conseguido o acesso e a feitura de um programa de R\$1 bilhão necessário para realmente ter condições de conseguir a renovação da concessão, pois nada faz menos sentido do que a não concessão da renovação à Celesc. O Presidente Deputado Romildo Titon registrou a presença do Vereador Jucélio Pascoal Girardi, de Joinville. Na sequência, o Senhor Deputado Décio Góes cumprimentou todos os componentes da mesa, bem como os presentes e se disse impressionado com as questões as quais ele estava ouvindo. Falou que a Bancada do Partido dos Trabalhadores solicitou a presente audiência pública, porque se percebe um clima de insegurança muito grande no interior da empresa que reflete também na sociedade catarinense em relação à nossa maior estatal, criada para ser instrumento de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. afirmou que não foi o setor privado e minoritário que criou a Celesc, reiterando a função social da empresa extremamente necessária e importante ao desenvolvimento do Estado, função essa realizada sem abrir mão do lucro, porque isso faz parte da existência da empresa. Comentou que quando falam sobre falta

de pessoas para prestar atendimento e materiais para manutenção, ou sobre privatização, ou sobre convênio com Cemig, ou sobre a Copel, ou ainda sobre essa assembleia misteriosa, esses assuntos são grandes sinais de fumaça e que onde há fumaça, há fogo, pois não é à toa que o plenário está repleto de interessados na sobrevivência digna dessa grande empresa. Acha que a assembleia do dia trinta e um deve ser cancelada, pois inclusive é a base do Governo que está pedindo o cancelamento e que o consenso está dando sustentação para não privatizar a empresa. Falou que a todo tempo se escutam notícias sobre a empresa: que aquele órgão fará cortes profundos, que tem 60% a mais de gastos que precisam ser restabelecidos, porque senão a Aneel não irá renovar a concessão. Lembrou que o próprio mercado acha um absurdo se ter a maioria das ações da empresa e não se ter a gestão, não mandar. Segundo ele, se compraram as ações nessa condição, não podem agora achar ruim. Questionou para quais setores servirá o plano de demissão voluntária; que se escuta por aí a falta de pessoal e acrescentou ser isso um caso para outro processo. Quanto ao valor econômico, disse que não faltam relatos de que o maior problema é o de clientes com acesso fácil ao Governador do Estado ou o da ameaça de demitir os seus funcionários. Ainda disse que o próprio Vice-Governador está sendo processado por esses acessos fáceis e que é preciso uma gestão forte na empresa que não permita esse tráfico de influência política, que é preciso uma empresa pública de verdade, com controle social. E, segundo ele, uma empresa pública com controle social pressupõe que o que será assunto de uma assembleia, será discutido antes com a sociedade. Para ele, essas questões refletem a gestão desses oito anos de Governo que agora termina. Falou que a assembleia, na prática, quer brindar a forma de escolher os novos diretores. Questionou como ser possível um representante dos funcionários ter experiência executiva de uma empresa desse porte, se ele vai é levar a experiência do dia a dia, da prática da empresa, pois isso é importante para a gestão; que o mesmo acontece com o representante dos consumidores que vai levar para a empresa a qualidade dos serviços, não necessitando ser administrador de grande empresa para ter isso. Manifestou, por fim, um apelo coletivo para que a assembleia seja cancelada. Dando continuidade, o senhor Paulo Henrique Simon, presidente do Conselho dos Consumidores da Celesc, cumprimentou as autoridades e os presentes e a iniciativa da Alesc por ter chamado para si a responsabilidade dessa discussão, que deveria ter sido assumida pela Celesc. Falou que o sentimento de instabilidade dos funcionários acaba sendo refletido nos próprios consumidores. Disse que em dois mil e oito foi retirado do Conselho de Administração o membro dos consumidores, e que agora se fala em afastar o diretor corporativo dos funcionários. Perguntou a quem cabe o saber da empresa, onde está acumulado o conhecimento da empresa. Respondeu, dizendo que uma parte está aqui no auditório, uma parte está aposentada, e outra parte no ambiente externo, e que o saber da empresa não está nem no palácio do Governo, nem no gabinete da Presidência da Celesc. Ainda acrescentou que os próprios consumidores sabem sobre a empresa. Referiu-se ao Presidente da Celesc quando falou sobre a honradez do povo catarinense, dizendo que, se for verdadeiro, esse povo honrado precisa ser ouvido. Quanto à reforma proposta, falou que as coisas são feitas em gabinete e que não se consulta a base que irá incorporar a essas reformas. Segundo ele, via de regra, as reformas fracassam. Deixou claro um sentimento pessoal, cuja sensação é a de que o que está acontecendo são procedimentos de limpeza de terreno, para que aconteça outra coisa que deve em breve acontecer. Continuou falando que um fato é claro: que em dois mil e quinze a Alesc vai ter que votar a Lei de Concessão, e que, na sua visão, parece que essa Lei já está sendo antecipada. Indagou se tudo será mudado para que tudo permaneça como está ou não se irá mudar nada para que tudo mude. Questionou ainda qual o papel dos consumidores nessa situação; qual o papel dos funcionários na compreensão desses procedimentos; qual o serviço e quem recebe esses serviços. Enquanto presidente do Conselho dos Consumidores, afirmou que a Celesc tem que continuar pública, inovadora, de qualidade, com modelo gerencial moderno e atendendo a sociedade catarinense no cumprimento de sua função social.

Informou que o Conselho teria uma reunião também no dia trinta e um, mas que ela foi adiada para o dia sete de abril em virtude desses acontecimentos. Ao final, fez um apelo para que assembleia do dia trinta e um seja cancelada, pois não é o momento para sua realização, e pediu para que o assunto seja transmitido com seriedade, dentro de um processo democrático, participativo e de crescimento tão prezado pela Celesc nesses cinquenta e três anos. O Senhor Presidente Deputado Romildo Titon registrou a presença do Vereador Ivanir Gonçalves, de Agrolândia. Em seguida, o Senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares cumprimentou os presentes e antes de iniciar sua fala sobre o debate, fez um convite para o lançamento do livro Terrorismo de Estado na Colômbia, de Hernando Calvo Ospina, hoje, na sede do Sinergia, e, amanhã, na UFSC. Cumprimentou o Deputado Lício pela clareza de suas colocações e pelo entusiasmo de quem faz parte da história da construção da Celesc enquanto empresa pública. Enalteceu a posição contrária à privatização dos deputados e o pedido de cancelamento da assembleia do dia trinta e um, pois isso fortalece a luta, que é de toda a sociedade catarinense e dos trabalhadores da Celesc. Manifestou que hoje em dia é difícil alguém vir a público dizer que defende qualquer privatização, mas isso não quer dizer que não estejam manobrando para continuar privatizando. Falou de uma privatização lenta, gradual e segura que está sendo gestada no Estado em várias áreas do serviço público, como a da educação, da saúde, da segurança, e também na Celesc, através do sucateamento aparentemente planejado da terceirização, do colapso do atendimento. Fez menção a uma audiência pública realizada há alguns anos em Ituporanga na qual os produtores de fumo da região mostravam-se indignados, pois perderam safra em virtude da queda de energia elétrica. Ainda disse que hoje, em dois mil e dez, a Celesc trabalha naquela região com a metade dos funcionários que tinha há vinte anos, sendo evidente que o número de consumidores aumentou muito. Hoje, continuou, aumentou a demanda e diminuiu a estrutura de atendimento, e isso para ele também é privatizar, pois incutindo na sociedade a lógica de que o serviço público não funciona. Também falou que o movimento de terceirização é de longa data e disse que a Aneel foi criada na década passada para atender os interesses dos investidores privados nas empresas públicas de energia elétrica e de outros setores. Segundo ele, o modelo de empresa de energia elétrica que a Aneel estabelece não existe no mundo real, pois é uma planilha feita por tecnocratas escalados pelo mercado dentro de gabinetes. Continuando, disse que a Cemig é a empresa existente que mais se aproxima do modelo da Aneel; é nela em que ocorrem mais mortes por acidente de trabalho; é a que pior atende a população; e é a que mais dá lucro aos acionistas. Falou que o PDVI é para livrar dos trabalhadores mais antigos com salário um pouco mais razoável. Contou que tem um irmão na Celesc há mais de vinte anos e que tenta convencê-lo a não aderir ao PDVI, porque os que já aderiram na década passada estão passando miséria. Ainda disse que quem está na ponta de macacão, trabalhando no poste, em lugares insalubres, de madrugada, no meio do mato, acaba sendo responsabilizado pela ingerência, pela incompetência, pela vontade de privatizar que vem das autoridades. Falou que naquela região a maioria dos escritórios da Celesc está fechada, porque foi feita uma escala regional e, às vezes, o atendimento está sendo feito em outra cidade e os consumidores são afetados. Afirmou que não dá para realizar mudanças estatutárias na Celesc nesse período de transição do Governo e que a discussão tem que ficar para o próximo Governo, inclusive com a participação de todos os interessados. Reiterou o pedido de cancelamento da assembleia do dia trinta e um, mas que caso isso não ocorra, falou que ele e a plenária presentes sabem como fazer, porque é ela que sabe como se produz e valoriza o trabalho. Disse que quem trabalha que é responsável por toda a riqueza produzida no mundo e que, portanto, toda a riqueza da Celesc é produzida por essa plenária. Sendo assim, concluiu, é a plenária que deve decidir o ramo da Celesc. O Senhor Presidente Deputado Romildo Titon registrou a presença do Vereador Deputado Estadual Edison Andrino, do Deputado Estadual Sérgio Godinho e do Vereador Antônio Luiz Batissti, de São José. Na sequência, o senhor Alfredo Felipe da Luz Sobrinho respondendo ao deputado Décio Góes, disse que ficou surpreso com a notícia veiculada em um

jornal de grande circulação de que a Copel também queria comprar a Celesc; que indagou do presidente Rubens sobre o fato e este respondeu que a Celesc não está à venda. Continuou dizendo que isso não é conversa para páginas de jornal e que se houvesse a intenção de compra das ações do Governo de Santa Catarina, essa intenção seria nula, porque o Governo do Estado não vai vender o controle da Celesc. Ainda disse que a Copel até pode ter interesse de fazer uma sociedade para fazer uma nova usina ou trabalhar em conjunto. Fez menção à publicação referente ao 7º Congresso dos Empregados da Celesc, segundo a qual a companhia deveria buscar visão corporativa com um mercado de energia em busca de soluções com outras companhias. Contou que trabalhou na Sadia durante quarenta anos e que, ao contrário do que se pensa, em matéria de criatividade de novos produtos e relações com integrados, sempre houve cooperação técnica e que a briga é do mercado para vender mais. Reiterou que ficou surpreso com a notícia do jornal, mas que isso não passa de uma posição pessoal do Presidente da Copel. A seguir, o Senhor Deputado Estadual Pedro Uczai cumprimentou os presentes, principalmente os funcionários da Celesc e as lideranças sindicais, e iniciou sua fala dizendo-se feliz pela realização desta audiência pública, porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores foi teimosa, tendo em vista que, num primeiro momento, o requerimento foi rejeitado na Comissão de Economia com o argumento de que isso iria prejudicar as ações da Celesc. Explicou que a teimosia da Bancada fez descobrir que existia um estatuto, um contrato de gestão, o qual não era conhecido nem pelos deputados da base do Governo. Explicou, então, a necessidade de se abrir esse debate. Falou que, pela experiência histórica das privatizações, quando o Governo sinaliza mudanças de contrato, de estatuto, fica a desconfiança de que é esse é o caminho da privatização, de não fortalecimento do Estado, do controle estatal, do controle público, e do controle social. Disse que tudo que foi discutido no contrato de gestão, no estatuto, e nas falas, demonstra a transferência de poder do Estado que está no Governo para os acionistas minoritários, e isso, segundo ele, mostra que o mercado definirá o futuro da Celesc. Manifestou-se feliz com a posição dos deputados e colocou que é necessário que a direção da empresa de posicione aqui, porque os funcionários não foram consultados para discutir o estatuto e muitos não estão nem sabendo qual será o futuro dessa gestão com esse estatuto. Acrescentou que não é esse o caminho para a Celesc, por isso, segundo ele, o melhor é ter bom senso e cancelar a assembleia do dia trinta e um. Concordou com o Deputado Amauri Soares no sentido de que, se por bom senso a assembleia não for cancelada, há que se fazer mobilização geral, não só dos funcionários, mas também da sociedade, porque a Celesc é patrimônio da sociedade catarinense. Falou que a discussão da gestão e da eficiência depois de sete anos deve ser feita por quem governa e faz a gestão de forma incompetente, subjacente ao discurso de que tudo que é público e estatal é ineficiente, improdutivo e incompetente, e o que resolve é o privado. Lembrou que quando prefeito de Chapecó teve que trabalhar cem dias para salvar uma empresa privada que mandou embora cinco mil trabalhadores, e que lá tem improdutividade e incompetência também. Disse mais uma vez estar contente porque não teve que fazer nenhuma crítica a nenhum deputado, pois foram todos contra a privatização. Nesse ambiente favorável, disse que vai apresentar uma proposta de emenda constitucional na Casa no sentido de que não se privatize nenhuma empresa do Estado sem plebiscito popular. Na continuidade, o senhor Jair Maurino Fonseca, representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, fez cumprimentos à mesa e aos presentes, principalmente ao Deputado Romildo Titon, por ter conduzido a aprovação do requerimento num segundo momento na Comissão de Constituição e Justiça, e especialmente à liderança do Governo na Casa pela sua forma de discussão com a Celesc e pelas suas posições diante dos novos fatos. Chamou de natural a manifestação do Deputado Lício, pois ele é um aposentado da Celesc, um defensor da empresa desde a sua criação, e ajudou a criar o Centro de Treinamento. (*Taquigrafo-revisor: Sibelli D'Agostini.*) Considerando que a Celesc tem cinquenta e quatro anos de existência, relatou que a empresa passou por várias situações, oscilantes em alguns momentos, e

teve dificuldades para manter o patamar no qual hoje se encontra. Avaliou que as mudanças inerentes ao mundo globalizado trouxeram também para a Celesc a visão do mundo mercantilista, do lucro pelo lucro, independente da qualidade do serviço prestado, e observou que na audiência pública o que se previa era a responsabilidade com o investidor, diferente do que rege o estatuto da Celesc que enfatiza a responsabilidade social. Informou que os trabalhadores da empresa participam da sua gestão desde o 1º Congresso da Celesc, realizado em mil novecentos e setenta e sete, e que somente em dois mil e um foi apresentado o projeto de gestão, que teve dificuldades de implantação devido à transição de governo do Estado. Lembrou que o atual governo teve que ser convencido de que o projeto não foi feito pelo governo anterior, mas por vários segmentos da sociedade, e que era perene, para que a Celesc continuasse a ser atualizada. Comentou que no 7º Congresso da Celesc foi confeccionada uma cartilha - a qual foi entregue ao presidente da audiência pública - contendo as resoluções e a proposta de gestão da Celesc. Manifestou sua alegria pelo fato de o Presidente Felipe destacar uma das resoluções do congresso para se justificar. Lembrou vários fatos ocorridos em dois mil e nove, como a assembleia convocada extraordinariamente, em quarenta e oito horas, para discussão de um tema conhecido por poucos - o novo mercado - que dava início ao projeto de privatização, e que graças à habilidade do conselho, o qual representa, a votação do tema foi impedida. Explicou que entre os acionistas da Celesc o governo representa 20% e a iniciativa privada representa 80%, sendo que desse último 20% são capital internacional. Diante do exposto, comentou que uma ação rápida deveria ser tomada para que aquele processo de privatização não acontecesse, porque os gênios da privatização fizeram mais duas tentativas, que também foram contornadas. Ainda comentou que houve mudanças na Celesc e que, quando da saída do Pinho Moreira, todos os deputados assumiram com ele a não privatização da empresa. Chamou atenção para o fato de que alguns deputados não percebiam o que estava sendo proposto através da mudança estatutária, como o fato de estar a diretoria presa, sem poder de resolução até mesmo no acordo coletivo da empresa, que passará pelo Conselho de Administração. Citou o contrato com a Cemig e um convênio com a China, a título de registro. Mencionou que, em dois mil e dez, houve duas tentativas de criação de duas novas diretorias, que não aconteceu, e que, pelo contrário, houve punição para quem se contrapôs a essa criação, ocasionando numa decisão prematura de retirada da diretoria comercial da empresa, e destacou que ironicamente disseram que estariam atendendo a uma reivindicação dos trabalhadores. Disse que hoje a Celesc tem três diretorias, sendo que duas estão em curso e a terceira agora se ratifica - se aprovada na assembleia marcada para o final de março - e que também terá estrutura e carro preto para o novo diretor. Falou que a Celesc sempre foi voltada para o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e que a aprovação do novo estatuto volta-se à remuneração do capital, em detrimento ao atendimento a sociedade catarinense. Solicitou, então, o cancelamento da assembleia extraordinária do dia trinta e um e que se faça discussão coletiva sobre as mudanças necessárias na Celesc, com todas as representações (consumidores, empregados, Casa Legislativa e a Celesc.). Encerrando, comentou que, se não for cancelada a assembleia, os trabalhadores da empresa, reunidos, debaterão e que um dos assuntos da pauta será: greve a partir do dia trinta e por tempo indeterminado. Dando continuidade, o Presidente Deputado Romildo Titon pediu aos oradores que se fixassem no horário e passou a palavra ao Deputado Dirceu Dresch, que cumprimentou os presentes e reforçou que em função de todos os questionamentos e das denúncias dos funcionários, a privatização da Celesc estava a caminho. Disse que conhece o processo de privatização no Brasil, e que hoje as empresas que foram privatizadas são campeãs de reclamação, principalmente as da área da telefonia. Salientou a importância de uma empresa pública forte, com atendimento e responsabilidade social para atender todas as regiões do Estado. Por tudo o que vem ocorrendo, como as ações, as denúncias e mudança estatutária, reforçou alguns encaminhamentos, como a criação de uma PEC, a fim de que uma empresa só seja privatizada através de um plebiscito. Sugeriu um requerimento assinado

por todos os quarenta Deputados propondo a suspensão da assembleia marcada para o dia trinta e um. Encerrando, disse que, pelo que está colocado, fica claro que a iniciativa privada passará a comandar a Celesc a partir da assembleia, e enfatizou que esta não deve se realizar. Em seguida, agradeceu. Na sequência, o Presidente Deputado Romildo Titon passou a palavra aos deputados, por dois minutos, iniciando pelo Deputado Edison Andrino, que cumprimentou os presentes e falou que todos sabem da importância da Celesc para Santa Catarina como entidade pública, enfatizando que assim deve permanecer, como defendido historicamente. Quanto à privatização, frisou que sempre foi contra e exemplificou as rodovias que não seriam privatizadas, mas que foi implantado o pedágio. Como todos são contra a assembleia geral, sugeriu que na reunião com o Governador se leve a proposta de suspensão da assembleia geral antes que ele saia do governo e encerrou, agradecendo. O ex-Deputado Sérgio Godinho, saudou a todos e disse que se soma às manifestações dos Deputados Pedro Uczai, Edison Andrino e Sargento Amauri Soares. Falou que no dia anterior estava na ABCelesc Lages e escutou os problemas vivenciados pelos funcionários daquele órgão em relação à gestão, assim como escutou o sofrimento das comunidades, que estavam, por exemplo, há oito dias sem energia, porque a Celesc não fazia manutenção de redes e nem cortava as árvores. Contou que ligou para o presidente da empresa, relatando esses fatos. Mostrou aos presentes na audiência, e especificamente ao Presidente da Celesc, fotos de Rio Rufino, contendo uma árvore com mais de doze metros de altura que passa pelos fios de luz. Encerrou dizendo que a gestão da Celesc é causadora de um tumulto muito grande no Estado, enfatizando que é preciso honrar os trabalhadores da empresa e agradecendo a oportunidade. O Deputado Renato Hinnig cumprimentou os presentes, dizendo que é certo que ninguém quer uma Celesc sucateada; que todos querem uma melhor gestão e que ninguém quer a realização da assembleia geral da empresa neste momento de transição de governo. Concordeu com o encaminhamento do Deputado Andrino de levar ao Governador a proposta de suspender a assembleia geral. Deixou clara a sua posição contrária à privatização da Celesc, defendendo a Celesc pública, visto que a empresa precisa atender também seu caráter social e não somente o econômico. Encerrou deixando um forte abraço e agradeceu. O Deputado Sílvio Dreveck questionou o presidente da Celesc sobre o convênio entre a prefeitura de Florianópolis e a Celesc, em vinte de novembro de dois mil e nove, com repasse de R\$ 6 milhões para melhorias na cidade, entre elas a construção de um heliporto, para saber se houve avaliação técnica para estabelecer esse valor; sobre qual era a intenção da Celesc em fazer um acordo de recuperação com a companhia de energia elétrica de Xangai, a Electric Power Company, e se isso aconteceu; sobre qual foi o faturamento da empresa em dois mil e nove e qual o lucro líquido ou prejuízo. Encerrou agradecendo a oportunidade. Dando continuidade, o Presidente Deputado Romildo Titon, para responder, passou a palavra ao Presidente da Celesc, o senhor Sérgio Alves, que disse que os questionamentos de ordem operacional de convênio dizem respeito ao senhor Felipe e pediu a ele que respondesse. O senhor Alfredo Felipe da Luz Sobrinho disse que não era Presidente da Celesc naquela época e que foi uma delegação à China, inicialmente de dirigentes maiores, para os quais foram ofertados equipamentos tecnológicos, materiais mais baratos que no Ocidente, resultando num acordo de cooperação. Salientou que os chineses pediram a presença de três engenheiros que verificaram que em média um produto chinês é 40% mais barato e que os cabos de transmissão de energia não estão em postes, mas enterrados. Contou que esses engenheiros trouxeram um convênio de cooperação, mas que ainda não entrou em operação. Finalizando, acrescentou que não vê porque a preocupação com uma empresa estatal chinesa; que não foi feito o negócio, mas possivelmente deverá ser feito; e que a Alesc deveria participar de uma missão naquele País ou receber a delegação chinesa, porque assim o Estado se faz melhor representado. O Deputado Sílvio Dreveck, intervindo, lamentou que não foi respondida a questão do convênio com a prefeitura de Florianópolis. Respondendo, o senhor Alfredo Felipe da Luz Sobrinho falou que não era diretor técnico e comentou que Florianópolis precisa de um reforço, ao

passo que foi feita uma subestação num terreno doado pelo governo do Estado que liga a parte norte a parte sul do fornecimento de energia, ocasionando no seu funcionamento sem queda durante vinte anos. Disse ainda que essa grande quantidade de postes é uma vergonha, e que se deve enterrar os cabos para maior segurança do trabalhador; que duvida que algum técnico da Celesc seja contra a nova versão dos fios enterrados. Ato contínuo, o Presidente Deputado Romildo Titon, questionou o Deputado Silvío Dreveck se estava satisfeito, que o respondeu que concordava com algumas explicações, mas não entendia porque a Celesc tem que construir um heliporto. Em seguida, o Presidente Deputado Romildo Titon passou a palavra ao Presidente da Celesc, Sérgio Rodrigues Alves, que agradeceu a forma cordial e gentil dos encontros e das colocações. Disse que tudo o que escutou e pôde constatar na audiência passou pela melhoria de gestão, sendo esse o seu propósito, bem como é também a do Felipe e a do Paulo Meller, e que a assembleia geral para alteração estatutária era somente para melhorar a gestão. Deixou claro que existe apenas a intenção de praticar a excelência de gestão. Contou que como Presidente também não estava satisfeito com alguns desempenhos e que ouvia reclamações generalizadas com vários fatores técnicos, mostrando que é preciso mudar, porque em dois mil e doze, dois mil e quinze terá a renovação da concessão e que tem que chegar lá com a empresa dentro dos parâmetros da Aneel. Afirmou que acredita alcançar esse intento. Corrigiu a alegação de que a presidência estaria a serviço dos minoritários, afirmando que está, sim, fazendo um trabalho a favor da sociedade e dos trabalhadores catarinenses, melhorando a gestão e os resultados para que todos ganhem com isso. Finalizando, agradeceu as manifestações e deixou registrado que o único objetivo é melhorar cada vez mais a gestão da Celesc. O Presidente Deputado Romildo Titon, como encaminhamento da audiência, colocou em votação o requerimento de autoria dos Deputados Edison Andrino e Dirceu Dresch, solicitando cancelamento da assembleia geral do dia trinta e um, documento esse que será entregue ao Governador durante o período da tarde, sendo o mesmo aprovado. Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO ROMILDO TITON
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 407/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 010/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento por demanda de placas e medalhas comemorativas.**

EMPRESA VENCEDORA: LA BELL IND. E COMERCIO LTDA

Valor global do último lance: R\$ 54.000,00

Florianópolis, 15 de abril de 2010.

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 051/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA MAGISTRATURA

Ofício n.36/2010 - CM

Florianópolis, 12 de abril de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Luiz Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais

Senhor Presidente,

Honra-me encaminhar-lhe os Demonstrativos Financeiros do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais, relativos ao primeiro e segundo semestre de 2009, em atenção ao disposto no art. 10 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998,

atualizada pela Lei Complementar nº 365, de 07 de dezembro de 2006, aprovado pelo Conselho da Magistratura deste egrégio Tribunal de Justiça, na sessão de doze de abril do ano de dois mil e dez.

Limitado ao assunto, asseguro-lhe protestos de estima e consideração.

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente
 Sessão de 15/04/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 497, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR KATIA SIMONE A SCHALLENBERGER, matrícula nº 2800, servidora à disposição, na CC - Comissão de Segurança Pública.

Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 498, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR THASSIA VANESSA ROBETTI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 499, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

| Matr | Nome do Servidor | Ode dias | Início em | Proc. nº |
|------|--|----------|-----------|----------|
| 1388 | Luiz Lopes Vieira Filho | 60 | 04/04/10 | 674/10 |
| 2137 | Emilce Dias Rocha Maria | 90 | 04/04/10 | 675/10 |
| 1386 | Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi | 90 | 04/04/10 | 676/10 |

Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 500, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANA LUCIA MINOSSO PACHECO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).

Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 501, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

| Matr | Nome do servidor | Período Aquisitivo | Quinquênio | Processo n° |
|------|---------------------------------|--------------------|------------|-------------|
| 1597 | Paulo Roberto Arenhart | 16/01/05 | 15/01/10 | 0512/10 |
| 1896 | Marco Antonio Barcelos da Rocha | 20/03/05 | 19/03/10 | 0602/10 |

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 502, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|-------------------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| Carla Maria E. Vieira Pedrozo | 3554 | 3% | 12% | 03/04/10 | 0601/10 |
| Rocler Rech | 2097 | 3% | 27% | 01/04/10 | 0636/10 |
| Izauro Luiz Pereira | 2091 | 3% | 27% | 01/04/10 | 0637/10 |
| Leonardo Salvini | 2088 | 3% | 27% | 01/04/10 | 0638/10 |
| Sandra Mara Coelho | 1749 | 3% | 33% | 07/04/10 | 0641/10 |
| Angela Maria Garibotti | 3652 | 3% | 9% | 01/04/10 | 0642/10 |

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 503, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0419/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **MARIA APARECIDA ORSI**, matrícula nº 2084, **LICENÇAS-PRÊMIO** referentes aos quinquênios compreendidos entre 01/04/86 a 31/01/99; 05/02/99 a 28/02/99; e 23/04/99 a 30/05/01 e de 31/05/01 a 30/10/02; 05/11/02 a 31/01/03 e 05/03/03 a 20/07/06.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 504, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GABRIELLA CORREA DE MATTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 505, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 453, de 08 de abril de 2010, que nomeou o servidor CARLOS EDUARDO DE SOUZA, matrícula nº 3809.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 506, de 15 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO as Portarias nº 451 e nº 452 de 08 de abril de 2010, que exonerou e nomeou o servidor IVANILDO DE SOUZA, matrícula nº 5724.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

| |
|---|
| PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL |
|---|

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/10

Dá nova redação ao artigo 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O artigo 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescido do §2º, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para §1º:

“Art. 4º.....

§1º Nos casos previstos nos incisos XX e XXI, funcionará como presidente o do Tribunal de Justiça, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos de seus membros, à perda do cargo, com inabilitação por oito anos para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

§2º O voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das sociedades de economia mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Gelson Merísio
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Amauri Soares
Deputado Marcos Vieira
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Dagomar Carneiro
Deputado Décio Goes
Deputado Reno Caramori
Deputado Ozair Coelho de Polaco
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Kenndy Nunes
Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/10

JUSTIFICATIVA

Esta Proposta de Emenda Constitucional visa alterar o artigo 40 da Constituição do Estado, com o objetivo de submeter ao controle prévio do Poder Legislativo a discussão que envolva alterações estatutárias das sociedades de economia mista, de forma a garantir que voto dos representantes do Estado preservem o interesse da sociedade catarinense.

Assim posto, solicito apoio dos demais Pares à aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional.

*** X X X ***

| |
|------------------------|
| PROJETOS DE LEI |
|------------------------|

PROJETO DE LEI Nº 116/10

Da nova redação ao art. 3º da Lei Estadual nº 14.993/2009.

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 14.993, de 09 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - O prazo para adequação às disposições contidas nesta lei será de 12 (doze) meses, contados de sua publicação, ficando o estabelecimento infrator, após este período, sujeito às seguintes penalidades:

- I - advertência escrita;
- II - multa de mil reais; e
- III - interdição.

§1º - A pena de multa será aplicada, em caso de não atendimento das disposições contidas no corpo da advertência escrita prevista no inciso I do presente artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 2º A interdição de que trata o inciso III deste artigo, ocorrerá no caso de comprovada reincidência do estabelecimento, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões,
Renato Hinnig
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/10

JUSTIFICATIVA

A Lei Estadual que se pretende alterar tem por objetivo regulamentar informações sobre preço de produtos, inclusive, no que se refere ao quilo, litro ou metro, bem como seu valor por unidade de medida.

Embora seja louvável a defesa dos interesses da população catarinense, aprimorando ainda mais seus direitos já consagrados no Código de Defesa do Consumidor, necessário se observar um prazo razoável para o atendimento das especificações, especialmente por parte dos mercados, supermercados e hipermercados, considerando o enorme número de produtos oferecidos por esse segmento do comércio varejista.

Ademais, há de ser considerado, o fato que as empresas encontram-se em plena implantação do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, que se constitui em uma solução tecnológica, exigindo para muitas empresas do setor supermercadista mudanças de todo o seu sistema de informática e conseqüente capacitação de pessoas, já que o SPED tem por objetivo oficializar os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado. Não se pode negar, portanto, o grande movimento que dita obrigação já provoca nas empresas, com significativas mudanças em suas atividades habituais.

Além de tais exigências, têm as empresas do setor supermercadista inúmeras outras obrigações, inclusive quanto à apresentação do preço dos produtos de forma clara, com informações precisas, a exemplo do que determina o Código de Defesa do Consumidor, como também informações quanto à rotulagem nutricional, determinada pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária demandando treinamento contínuo de seus empregados, assim como outras.

Somado a tudo que foi exposto a propositura do presente PL, alterando o artigo 3º da Lei 14.993/2009, proporcionará ao comércio varejista de gêneros alimentícios, especialmente aqueles acima citados, condições para que se adequem às novas exigências, possibilitando com tal conduta, um atendimento mais eficaz da norma legal.

A justificativa se afigura verdadeira, na medida em que se observam os procedimentos indispensáveis ao ajustamento de normas sancionadas em outros estados da Federação, a exemplo do Rio de Janeiro, da qual nasceu a necessidade de celebração de Termo de Cooperação Técnica fixando prazo de doze meses para seu atendimento, ou mesmo no município de Fortaleza, Estado do Ceará, que através do corpo da própria norma (Lei nº 9.545/2009), assegura o prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua regulamentação, tudo aliado ao objetivo único de assegurar o efetivo cumprimento da nova lei.

Como se vê, o tema embora relevante, ao ser exigido, deve obedecer ao critério do prazo necessário para que os estabelecimentos possam se adequar, respondendo de forma eficaz às obrigações a que estiverem sujeitos, em face a inúmeras outras normas exigidas do setor supermercadista não só no Estado de Santa Catarina, com também em todo o território nacional.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 117/10

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Desportiva Centro Universitário Leonardo da Vinci - ACD/UNIASSELVI localizado no município de Indaial.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Desportiva Centro Universitário Leonardo da Vinci- ACD/UNIASSELVI, com sede e foro no Município e Comarca de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso II do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
Deputado Cesar Souza Junior

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/10

JUSTIFICATIVA

Submetemos a doura consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Desportiva Centro Universitário Leonardo da Vinci, com sede no município de Indaial.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 118/10

Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros, com sede e foro na cidade de Rio dos Cedros.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 83.793.877/0001-04, fundada 26 de janeiro de 1987, com sede e foro na cidade de Rio dos Cedros - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art. 2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente
Sessão de 15/04/10

JUSTIFICATIVA

A presente Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual foi instituída pela Lei Municipal nº. 326 de janeiro de 1987, instituição de fins exclusivamente assistenciais, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Rio dos Cedros.

Importante salientar, que na busca de seus objetivos a Fundação tem por finalidade a prestação assistencial médico hospitalar aos enfermos e acidentados, assistência materno infantil, aos indigentes daquele município, bem como desenvolver tratamentos, estudos, experimentações e demonstrações, pesquisas científicas e tecnológicas, especificamente no campo dos problemas de previsão e prevenção referentes à saúde pública e ao bem estar social.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***